

Entrevista

O engenheiro agrônomo Donizete Torcaski é o presidente da ECODATA, participou da Diretoria do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz Fase II e da Secretaria Executiva do Conágua Alto Tocantins. Nas organizações de RPPN é Vice Presidente da Confederação de RPPN e Presidente da Associação de RPPNs de Goiás e Distrito Federal.

Quais vantagens você teve ao tornar a sua propriedade em uma RPPN?

Donizete • Antes mesmo do reconhecimento como RPPN a nossa propriedade recebia um tratamento conservacionista sistemático que despertava a curiosidade de vizinhos e visitantes convidados. A partir do reconhecimento pelo IBAMA esse compromisso foi oficializado, ampliado e tornou-se público. Assim, conseguimos tornar permanente, perpétuo o que inicialmente tínhamos como desejo só nosso. Este instrumento permite externar o desejo que era só dos proprietários, garantindo a realização de um sonho: participar ativamente na preservação da biodiversidade, da vida!

Quais atividades você desenvolve em suas RPPNs?

Donizete • Estamos elaborando o Plano de Manejo para o correto aproveitamento das Unidades de Conservação. Enquanto isso fazemos ações na comunidade próxima para conhecer e valorizar essas áreas protegidas e atividades de educação ambiental com grupos restritos.

Qual dica você daria para quem quer transformar suas terras em uma RPPN?

Donizete • Uma reflexão sobre a nossa contribuição com a natureza associada com as possibilidades econômicas que uma unidade de Conservação permite. Quero chamar atenção principalmente dos proprietários que já desenvolvem ou pensam em alguma atividade voltada ao desenvolvimento sustentável: ecoturismo, agricultura orgânica etc... A RPPN pode multiplicar as oportunidades de exposição dos produtos oferecidos por esses empresários e possibilitar o convívio num grupo de pessoas extraordinárias, pois transformam seu patrimônio, mesmo sem perder sua propriedade, num bem de toda humanidade.

Qual a importância de uma associação e uma confederação de proprietários de RPPN?

Donizete • A organização de qualquer segmento demonstra a vontade e o compromisso de seus associados. Ao criarmos essas entidades nada mais estamos fazendo do que transmitir à sociedade e às autoridades a nossa contribuição para a ampliação de áreas protegidas como também tratar dos problemas que eventualmente enfrentamos no relacionamento com os órgãos ligados à área ambiental e a busca contínua de alternativas para a prática do desenvolvimento sustentável.



Agenda

7/11 a 10/11
Encontro de Guias Parque Estadual de Terra Ronca (GO)
Info: Patrick (61) 9987-2797 / 226-5693

28/10 a 1/11
Vivência em Agrofloresta Na OCA com Ernest Go'th - Alto Paraíso (GO)
R\$300,00 com alimentação e camping
Telefax: (62) 446-1166

O que é uma RPPN?

As reservas particulares do patrimônio Natural (RPPNs) são propriedades particulares reconhecidas pelo Ibama consideradas importantes para a proteção da biodiversidade. Tem a importante missão de garantir a conservação dos valores naturais como fauna, flora, cavernas, cachoeiras, lagoas, etc.

Qual a diferença entre reserva legal e reserva particular?

As reservas legais são obrigatórias e as reservas particulares são criadas por um ato voluntário e espontâneo do proprietário. De acordo com o Código Florestal (Lei nº 4771/65), a reserva legal é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural. Na região do Cerrado cada propriedade deve manter obrigatoriamente, no mínimo, 20% de reserva legal, podendo ser utilizada sob o regime de manejo florestal sustentável. As reservas particulares podem se sobrepor às reservas legais sendo mais restritivas.

Quando é criada, a RPPN passa para o Ibama?

Não. A área continua sendo de propriedade particular. O Ibama apenas reconhece através de decreto a criação da reserva, então a propriedade passa a ter o status de unidade de conservação e deve ter suas atividades restringidas. O Ibama deve orientar e fiscalizar, além de julgar os processos de licenciamento ambiental, quando necessário.

As RPPNs podem ter áreas degradadas?

Sim. As áreas degradadas podem integrar parcialmente uma RPPN e se constituirão numa Zona de Recuperação prevista na etapa de zoneamento do plano de manejo das unidades de conservação. Ou seja, o proprietário estará se comprometendo a recuperar a área com a orientação de técnicos.



Cerrado terá novas áreas protegidas



Fazenda Matão (MG)

Com larga experiência no que se refere ao apoio à implantação de reservas particulares, desde 1987 a Funatura já auxiliou a criação e/ou implementação de 13 reservas em diferentes pontos do Brasil, a maior parte no Cerrado. As áreas somadas

perfazem um total de 112 mil hectares. Atualmente, é executora do Projeto PNUD BRA/00/G35, atuando no entorno dos parques nacionais Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros. Durante um ano os técnicos mobilizaram a comunidade,

realizaram visitas técnicas em diversas propriedades e até dezembro estarão encaminhando ao Ibama requerimento para reconhecimento de mais sete áreas no Cerrado

Página 3

Plano de Desenvolvimento Sustentável
Página 2

Educação Ambiental como um instrumento de mobilização social
Página 3

Entrevista com o Presidente da Associação das RPPNs de Goiás e DF
Página 4

EDITORIAL

Se o dono da terra quer cuidar e preservar, mostra a sua preocupação com a vida hoje e amanhã. Mostra o seu carinho com a terra e com quem virá depois: os filhos dos filhos de seus filhos, que merecem, num tempo futuro, encontrar vivo esse chão.

A educação ambiental é um processo contínuo e abrangente, devendo ser amplamente difundido. Educação não se resume a simplesmente fazer a coisa certa, é muito mais que isso, é além disso, troca de experiências. Está no jeito de ser e viver de um povo, nas suas tradições. Está no jeito de falar, de cantar, de dançar a dança. E é aí que o nosso projeto entra, no universo da gente desses lugares, dando as mãos para a sua cultura, aplaudindo sua sabedoria.

Em abril e maio passados, trabalhamos em conjunto com os municípios envolvidos, na realização de encontros populares, que agregassem e valorizassem a expressão desses povos. Foi um sucesso. Outros encontros estão previstos para 2003, além de outras atividades, em parceria com as escolas, envolvendo professores, alunos e outros membros das comunidades, com a sensibilização e percepção do meio em que vivem, lugares de rara beleza e de raízes culturais tão profundas, como são o Grande Sertão e a Chapada dos Veadeiros. Para isso, está sendo elaborado pela equipe da FUNATURA, um plano de educação ambiental onde os proprietários de RPPNs também estão convidados a participar, interagindo com a comunidade, num processo participativo e auto-sustentável.

Desenvolvimento sustentável no Grande Sertão Veredas

Iniciativa importante da FUNATURA em parceria com as prefeituras da Chapada Gaúcha e Formoso (MG), refere-se à elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, fruto de apoio do Ministério do Meio Ambiente, CNPq, GEF e Banco Mundial, através do PROBIO (Edital 03/2001 Chamada I).

A elaboração deste Plano contou com ampla participação de membros de comunidades locais, além de representantes de órgãos públicos e privados que atuam na região do Parque. A idéia é que, além de proporcionar retorno econômico para as comunidades locais, sejam desenvolvidas atividades que não acarretem impactos negativos. Desta forma, o Plano prevê quatro linhas básicas de

ação: Agroecologia, Agroextrativismo, Sistemas Agro-silvopastoris e Turismo Ecológico.

Uma vez elaborado o Plano, espera-se que o mesmo seja executado. Para isso a Funatura, em parceria com as prefeituras, está concorrendo à Chamada II do mesmo Edital, que financiará atividades incluídas até um teto de 400 mil reais.

A execução deste Plano concomitante com o Projeto de Implementação de RPPNs e com outras iniciativas já em andamento, proporcionará que a região do Parque se desenvolva em bases realmente sustentáveis, ou seja que consideram, de forma equilibrada, as variáveis econômicas, sociais e ambientais.

Festa Kalunga no Vão de Almas

Com a intenção de conhecer melhor a cultura e aprofundar conhecimentos sobre os aspectos tradicionais dos povos da Chapada dos Veadeiros (GO), nossa equipe participou, em agosto, da festa dos Kalunga, nos festejos de Nossa Senhora d'Abadia, no Vão de Almas.

Durante uma semana acontecem manifestações diversas como a "Folia" e o "Império". O Imperador sempre escolhe o seu substituto para o próximo ano e é ele quem financia todos os custos do evento. Na ocasião também são realizados casamentos e batizados.

O povo Kalunga é remanescente de quilombos que se formaram na região com a fuga de escravos que trabalhavam nas minas de ouro, principalmente de Cavalcante (GO) e que precisavam se estabelecer em

locais onde nunca fossem encontrados. Para isso, escolheram lugares de difícil acesso como o Vão de Almas, Vão do Moleque, Vermelho, Engenho e outros.

Além das músicas, danças e comidas, foi importante conhecer o artesanato Kalunga, sendo uma atividade que poderá gerar renda se for desenvolvida em parceria com proprietários das reservas particulares.



Família Kalunga.

Expediente

Jornal da Reserva Particular
Publicação do Projeto de Implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado
Ano I nº 1 outubro de 2002

Fundação Pró-Natureza Funatura
SCLN 107 bloco B sala 201/207
Cep 70.743-520 Brasília, DF
Fone: (61) 274-5449 Fax: (61) 274-5324
Email: jornal@funatura.org.br

Superintendente Executivo da Funatura
Cesar Victor do Espírito Santo

Equipe Técnica
Fernando Lima, Adolpho Kesselring, Mara Moscoso e Daniel Fonseca

Arte/Educação
Helena Oliveira da Silva
Assistente Administrativo/Financeiro
Rômulo Netto de Almeida

Editor: Washington Júnior / DF 2544 JP
Programação Visual: Milton Góes
Fotos: Funatura

Apoio:



Goiás e Minas Gerais terão novas áreas protegidas

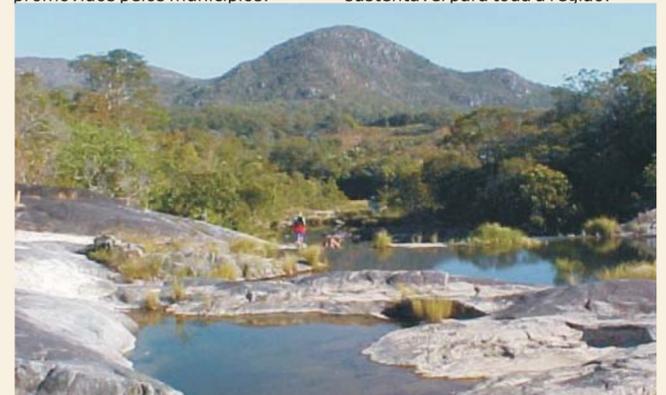
Até o final do ano estaremos criando sete reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs) em Goiás e Minas Gerais. Três fazendas estão no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG). As duas primeiras estão ao sul do Parque e fazem parte do corredor ecológico do córrego Pacari. A terceira está ao norte do Parque, protegendo duas veredas e as matas do rio Carinhonha, fazendo parte do corredor da Trijunção.

No entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) serão criadas quatro RPPNs: a primeira está no município de Colinas, cortada pelo rio Tocantinzinho. As demais estão no município de Cavalcante. O Vale das Araras já recebe turistas que visitam a cachoeira do São Bartolomeu; a Fazenda Soluar é procurada por pescadores e turistas que buscam as águas cristalinas do rio Almas e, por último, a fazenda do Morro do Cruzeiro que ainda não recebe visitação, mas tem a importante função de manter os locais de reprodução da fauna.

O projeto de implantação de RPPNs no Cerrado, apoiado pelo (por extenso) PNUD, tem despertado a atenção de pessoas que pretendem transformar suas fazendas, ou parte delas, em

reservas particulares. Além de estarem contribuindo para a conservação do Cerrado, poderão desenvolver atividades econômicas sustentáveis, como o ecoturismo e a venda de artesanato.

A Funatura tem mobilizado as comunidades do entorno dos dois parques através de reuniões, debates, participando de festas tradicionais, atividades culturais e promovendo encontros populares. Tem feito visitas em áreas potenciais, participado e apoiado de eventos e cursos ambientais promovidos pelos municípios.



Rio São Bartolomeu, Vale das Araras

Educação Ambiental: processo contínuo



A educação ambiental é um processo contínuo e abrangente, devendo ser amplamente difundido. Educação não se resume a simplesmente fazer a coisa certa, é muito mais que isso, é troca de experiências. Está no jeito de ser e viver de um povo, nas suas tradições. Está no jeito de falar, de

cantar, de dançar a dança. E é aí que o nosso projeto entra, no universo da gente desses lugares, dando as mãos para a sua cultura, aplaudindo sua sabedoria.

Em abril e maio passados, trabalhamos em conjunto com os municípios envolvidos, na realização de encontros populares, que agregassem e valorizassem a expressão desses povos. Outros encontros estão previstos para 2003, além de outras atividades, em parceria com as escolas, envolvendo professores, alunos e outros membros das comunidades, sensibilizando e percebendo o meio em que vivem: lugares de rara beleza e de raízes culturais

profundas, como é o Grande Sertão e a Chapada dos Veadeiros.

Está sendo elaborado pela nossa equipe um plano de educação ambiental onde os proprietários de RPPNs estarão convidados a participar, interagindo com a comunidade num processo participativo e auto-sustentável. A linguagem artística será utilizada como veículo de sensibilização, com a apresentação da peça teatral "Maria Jatobá", que aborda a preservação da biodiversidade do cerrado. Serão realizadas também oficinas de reciclagem de papel, artesanato e dinâmicas nas escolas, bem como visitas monitoradas de estudantes às RPPNs.

Entrevista

Parceria, articulação, eficiência. Para o presidente da Confederação das RPPNs, Horacio Tackano, são essas as chaves para o fortalecimento do programa de criação de reservas particulares no Brasil. Empresário, um dos fundadores da confederação e presidente da Associação de Reservas Naturais de São Paulo, lutou quatro anos até criar a RPPN Toque Toque Pequeno, em São Sebastião (SP), onde mantém protegidos 30 hectares de Mata Atlântica, o santuário da cachoeira de 250 metros, responsável pelo abastecimento de água da região.

Cerrado Vivo • No Brasil, hoje, existem cerca de 700 RPPN estaduais e federais. Entre 1998 e 1999, registrou-se o maior número de registros de novas reservas, mas a partir daí a situação mudou. Que prejuízos o programa de criação de RPPN sofreu com o fim do Núcleo de RPPN do Ibama?

Tackano • Muitos. A situação está bastante complicada. Infelizmente, esse foi o resultado da influência de pessoas que querem que o Ibama esteja sempre à frente de tudo, o que não ocorre no caso de RPPNs, onde é fundamental a existência de parcerias com proprietários, ONGs etc. Apesar da legislação ambiental e da importância das RPPNs, tem faltado articulação e apoio ao setor.

CV • Existe alguma perspectiva de que essa realidade mude com o novo governo?

Tackano • Estamos esperando audiências com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e com o presidente do Ibama, Marcus Barros. Precisamos discutir o assunto e a expectativa é de que haja sensibilidade por parte dos atuais dirigentes para a gravidade do problema. A descontinuidade do projeto

está comprometendo os objetivos preservacionistas e por conta disso o meio ambiente corre o risco de perder ainda mais. Muitos proprietários estão desistindo de criar RPPN por causa da burocracia que encontram no Ibama.



“ Não queremos atrito e sim união de forças “

CV • Além de apresentar o problema no MMA e no Ibama, que solução a confederação vai propor?

Tackano • Antes de tudo, precisamos cadastrar e interligar as RPPNs, por meio de um centro nacional, que concentre informações, objetivos e divulgue o que ocorre no Ibama. Tudo isso com o apoio da mídia, claro. O centro ofereceria suporte jurídico e auxílio pro-

cessual, além de ajudar na identificação de áreas potencialmente importantes para a preservação. A gestão do centro seria uma parceria entre o Ibama, sociedade civil e acadêmicos.

CV • O “mundo” das RPPNs está muito ressentido com o tratamento recebido do Ibama, como se a causa fosse de menor importância. De que maneira a confederação tem procurado compensar isso, evitando que mais gente desista de criar novas reservas?

Tackano • Temos feito o possível, mas o papel da confederação é representativo, mais amplo do que cuidar de situações pontuais, por isso, oferecemos parceria ao Ibama. Não queremos atrito e sim união de forças. Já estão do nosso lado grandes instituições, empresários, financeiras, ONGs, gente do governo e artistas que também são proprietários de RPPNs. Isso sem contar o poder do novo Congresso Nacional, uma das maiores esperanças de que, a partir de agora, vamos mudar de vez o mundo das RPPNs, fortalecendo as que já existem, apoiando e estimulando as novas.

www.rppn.com.br

Agenda

FEVEREIRO

07 e 08* - Programa de Capacitação - Terézópolis (GO) - RPPN Santa Branca
14, 15 e 16** - Encontro no Espírito Santo. RPPNs de SP, RJ, MG, ES (FNMA)
17 - Assembléia de proprietários - Cuiabá (MT)
18 e 19* - Programa de capacitação - SESC Pantanal (MS) FNMA
21 e 22* - Programa de capacitação - RPPN em Bonito (MS) - FNMA
27* - Programa de capacitação - RPPN Vaga Fogo Pirenópolis (GO)

MARÇO

13, 14 e 15** - Flona Ipanema - Campina Grande (SP) Palestras: Célia Pereira (Ibama/RPPN) e Margarete (Ibama/Plano de Manejo); Dr. Shiro (APAN), introdutor da agricultura orgânica no Brasil, e Renato Lorza (Fundação Florestal).

26* - Seminário Regional Centro-Oeste - Brasília

ABRIL

17 e 18** - Rio de Janeiro/Ibama Políticas Públicas, nova versão do Decreto 1922 - Proje Ibama

Inscrições e informações:
*ecodata@ecodata.org.br
**rppnpresidencia@dialdata.com.br

Tirando Dúvidas

Uma RPPN pode ser transmitida como herança?

Sim. O detalhe é que a característica da propriedade não pode ser mudada, ou seja, a destinação das terras continuará sendo de preservação, uma vez que uma RPPN jamais deixará de ser reserva. Além de ser herdada, uma RPPN também poderá ser vendida, só que com a mesma garantia de preservação. O Brasil é o único País em que a perpetuidade é uma obrigação.

É necessário ser proprietário da terra para requerer a sua transformação em RPPN?

Ao apresentar a documentação no Ibama, é fundamental a titularidade da área. Esse é um dos quesitos mais importantes, que deve constar de matrícula no cartório de registro de imóveis competente. Trata-se de uma exigência para evitar falsificações, grilagem e outras ilegalidades.

Caso o compromisso de preservação não seja cumprido

pelo proprietário, seus herdeiros ou eventuais compradores da terra, quais são as penalidades?

Todos os danos estão sujeitos à notificação e posteriores sanções administrativas previstas na legislação, sem prejuízo de responsabilidade civil ou penal.

O proprietário poderá ser responsabilizado por danos causados por terceiros à RPPN?

De acordo com o decreto 1922/96, é função do proprietário zelar pela preservação da área, não importa o tamanho. Sendo assim, cabe a ele assegurar a manutenção dos atributos ambientais, promovendo a sua divulgação na região, com a colocação de placas nas vias de acesso e nos limites da área, advertindo sobre desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e outros atos que afetem o meio ambiente.

Espaço do leitor. Envie suas dúvidas, sugestões ou críticas para o e-mail:
jornal@funatura.org.br

ou para: SCLN 107 bloco B sala 201 Brasília, DF - Cep 70.743-520



funatura
fundação pró-natureza

Cerrado Vivo

Jornal da Reserva Particular do Patrimônio Natural

Ano 1 • Nº 2 • Janeiro/Febrero/Março de 2003 • Publicação do Projeto PNUD BRA/00/G35

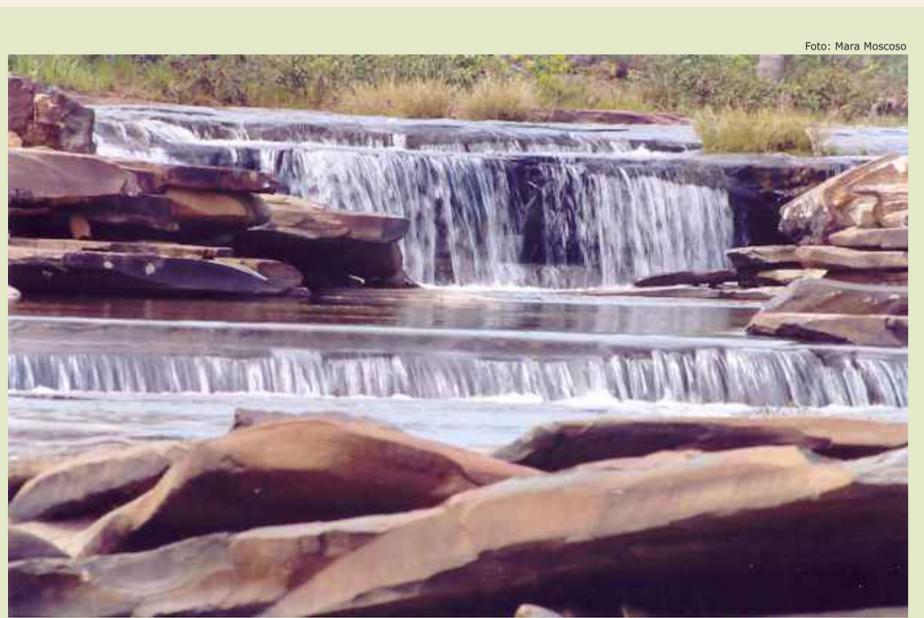
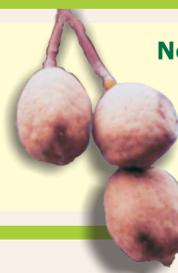


Foto: Mara Moscoso

Cachoeira Mato Grande, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, MG

RPPNs cobram apoio do novo governo

A preocupação com a falta de uma estrutura de apoio aos proprietários de reservas particulares tem gerado muita expectativa sobre o futuro dessa categoria de unidade de conservação, considerada hoje a grande solução contra as ameaças de extinção. E degradação do meio ambiente no Brasil. Sem o núcleo de RPPNs, extinto na última Gestão do Ibama, a burocracia e a desinformação desestimulam donos de terra, que optam por desistir da idéia de preservação ambiental. *Página 3*



Novo projeto investe no potencial do baru
Página 3

Começam preparativos para o Encontro dos Povos
Página 2

Presidente da Confederação de RPPNs fala do futuro das reservas
Página 4

EDITORIAL

O Brasil hoje vive em clima de expectativa e esperança. Para ambientalistas, no entanto, o sentimento é acrescido da ansiedade de concretizar todas as lutas empreendidas durante os últimos anos e nas quais esperava-se ter havido mais empenho por parte do poder público. Não que a sociedade civil pretenda cruzar os braços e delegar a competência ao Ministério do Meio Ambiente ou ao Ibama, mas é fundamental a solidificação de parcerias.

No caso das RPPNs, com as quais a Funatura tem trabalhado mais de perto no último ano, desde que iniciou o Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado, observa-se a necessidade urgente da reestruturação de um compromisso com a preservação. Em um momento em que as atenções devem se voltar ao risco iminente da escassez de água potável no planeta, além da ameaça de extinção de espécies da fauna e flora, o que queremos dos novos dirigentes é a declaração explícita de cumplicidade com proprietários de terras e ONGs.

A burocracia e a falta de informação (até de quem deveria estar apto a informar) têm prejudicado muito o desenvolvimento do programa de RPPNs. Há casos de desistência, diante de tanta demora e dificuldade. Enquanto isso, imensas áreas de extrema relevância ambiental sucumbem à degradação.

Da nova ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do presidente do Ibama, Marcus Barros, esperamos determinação, para que não fique a impressão de estar trabalhando sozinho. Se hoje as RPPNs são quase 700 no Brasil, temos a certeza de que esse número pode ser bem maior, apesar do tempo que foi perdido.

Fernando Lima
Coordenador do Projeto

RESGATE DE TRADIÇÕES

Até o mês de abril, a comunidade da cidade mineira de Chapada Gaúcha vai ter muito o que fazer para que o II Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas seja melhor do que o primeiro, realizado no ano passado. Segundo o prefeito Narciso Eloe Baron, uma das preocupações era com hospedagem para os visitantes. “Mas já estamos preparados para que o sucesso se repita”, garante.

O encontro de Chapada Gaúcha, assim como os de Colinas do Sul e Formoso (GO), marcados para maio e junho respectivamente, são coordenados pela Funatura, através do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado. “A repercussão dos últimos encontros foi muito boa, tanto que é que vamos realizar o segundo em Chapada Gaúcha”, explica a coordenadora cultural da Funatura, Helena Oliveira.



Música anima encontro da comunidade

Os eventos são promovidos em cidades onde a Funatura desenvolve o projeto de implantação de RPPNs. Durante os dias de festa, haverá feiras, oficinas, e exposições e apresentações musicais, sem faltar o gostinho da culinária regional.

A novidade deste ano é a Casa das RPPNs, um local especial onde a técnicos da Funatura estarão tirando dúvidas de proprietários e interessados em reservas particulares.

Quem quiser participar das comissões organizadoras pode procurar as prefeituras municipais. Informações:

EXPEDIENTE

Cerrado Vivo
Publicação trimestral do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado (PNUD BRA/00/G35)
Ano 1 nº2
Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2003

FUNATURA
Fundação Pró-Natureza
SCLN 107 bloco B salas 201/207
Cep 70.743-520 Brasília, DF
Fone: (61) 274-5449
Fax: (61) 274-5324
www.funatura.org.br
Email: jornal@funatura.org.br

Diretor Presidente
Henrique Brandão Cavalcanti
Superintendente Executivo da Funatura
Cesar Victor do Espírito Santo
Equipe Técnica
Fernando Lima, Adolpho Kesselring, Mara Moscoso e Daniel Fonseca
Arte/Educação
Helena Oliveira da Silva
Assistente Adm./Financeiro
Rômulo Netto de Almeida

Editora
Kátia Marsicano DF 1655/09/70-JP
Programação Visual: Milton Goes
Fotos: Funatura

Apoio:

Falta de apoio prejudica reservas

Governo novo. Novas esperanças. Se é assim na economia e nos programas sociais, para o meio ambiente, as expectativas não são diferentes, ainda mais em se tratando de uma área até bem pouco tempo relegada a segundo plano na escala de prioridades dos programas governamentais.

A lista de urgências é extensa, mas para quem vive a realidade das RPPNs, a preocupação revela-se maior para evitar que a filosofia de preservação e desenvolvimento sustentável pereça sem cumprir a sua função. Proprietários de RPPNs, entidades de classe e ONGs ligadas ao projeto das reservas particulares parecem unânimes: é necessário fazer crescer a quantidade de RPPNs no Brasil e apoiar de maneira integral donos de terras protegidas.

“ Os proprietários estão mal-instruídos e não têm a quem recorrer ”

Para o coordenador do Projeto de Estabelecimento de RPPNs no Cerrado, desenvolvido pela Funatura, engenheiro florestal Fernando Lima, o primeiro passo é a organização institucional do Ibama, a partir da consolidação de uma estrutura eficiente que atenda às nece-

ssidades de unidades de conservação desta categoria.

O Núcleo de RPPNs criado na gestão do ex-presidente do Ibama Hamilton Casara foi desativado. Formado por 27 pessoas em todo País, reduzia a burocracia e autorizava a criação de uma RPPN em dois meses, como prevê a legislação. Hoje, o prazo não é respeitado. “Os proprietários estão mal-instruídos e não têm a quem recorrer, exceto à confederação, às associações de RPPNs e às ONGs, como a Funatura, o WWF-Brasil e o IESB, da Bahia”, diz.

A falta de campanhas de esclarecimento e pessoal qualificado que ajude na identificação e definição de RPPNs são apenas alguns dos problemas. “Não há necessidade de uma superestrutura. Poucos funcionários bastam, desde que sejam bons interlocutores”, comenta Fernando Lima. Outra queixa é a carência de orientação para elaboração de roteiros metodológicos, necessários aos planos de manejo de cada área de reserva.

O que ONGs e entidades representativas de RPPNs reivindicam é a criação de um sistema único de atendimento, interligado em todo Brasil. Seria um centro nacional de RPPNs, destinado a desburocratizar a vida dos proprietários que inúmeras vezes precisam vir a Brasília acompanhar de perto a tra-

mitação de seu processo.

Para o geógrafo Jaime Camps, do extinto Núcleo de RPPNs do Ibama, a preocupação é com os prejuízos ambientais, uma vez que não são raras as espécies endêmicas que têm sobrevivido a salvo graças à existência de RPPNs. Um dos exemplos é o macaco muriqui, encontrado em Minas Gerais e hoje protegido da caça, da captura e do comércio ilegal.

Foto: Luiz Claudio Marigo / www.primate.wisc.edu



Maior primata das Américas, muriqui precisa das reservas para sobreviver

Seminário mobiliza RPPNs

O ano de 2003 promete ser decisivo para os proprietários de RPPN. A expectativa é do presidente da Ecodata, Donizete Tokarski, que prevê muito trabalho e mobilização para reforçar a importância das reservas particulares no Brasil. Com a agenda movimentada, ele lembra que o destaque para o primeiro semestre será o seminário regional do Centro-Oeste, dia 26 de março, em Brasília.

Os encontros de capacitação que ocorrerão até dia 27 de fevereiro também são uma prévia do evento, que reunirá pela primeira vez proprietários de RPPN e os novos dirigentes de órgãos ambientais do Governo Federal. O objetivo do programa da Ecodata é promover o intercâmbio de experiências e informação entre proprietários e técnicos interessados na administração de RPPNs (veja o calendário na Agenda).

“Até março reuniremos sugestões, que serão entregues ao MMA e ao Ibama”, explica Donizete. O encontro de

Alto Paraíso (GO), em 23 e 24 de janeiro, resultou no documento “Carta de Alto Paraíso”, com as principais reivindicações dos proprietários para o aperfeiçoamento da gestão de RPPNs na região.

O Programa de Capacitação à Gestão de RPPNs, coordenado pela Ecodata, conta com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e as parcerias do Ibama, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Sebrae, Associação de RPPN de Goiás e DF, WWF-Brasil, Oca-Brasil, Funatura, Ecotrópica, Ambiental Geotecnologia e IBRAD. A equipe da Funatura acompanha os encontros e colabora com a experiência de também ser proprietária da RPPN Flor das Águas, em Pirenópolis (GO), e estar assessorando o processo de formação de mais 8 reservas no ecossistema cerrado.

Informações e inscrições:
www.ecodata.org.br /
ecodata@ecodata.org.br
ou 326 5057

Baru: esperança de futuro

Uma espécie nativa do cerrado que muita gente sequer ouviu falar está se transformando em esperança de sobrevivência para uma comunidade de Pirenópolis (GO).

Grças a um projeto a ser executado pela Associação de Produtores e Barú, com o apoio da Funatura e financiamento do Programa de Pequenos Projetos (PPP), do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), o baru será a matéria-prima de um modelo inovador de agroindústria, destinada ao beneficiamento e venda do produto.

Concebido no ano passado, o projeto está em execução e tem contado com parcerias e a consultoria de especialistas, como o zootecnista Luiz Carrazza, a engenheira florestal, Márcia Brito, Sebrae, Prefeitura de Pirenópolis, Universidade Federal de Goiás e Embrapa. A expectativa é de que em

breve esteja pronta a primeira usina-escola de beneficiamento do baru, na região.

Foto: Paulo Robson / ECOA



Sabor da castanha torrada promete conquistar apreciadores do tira-gosto

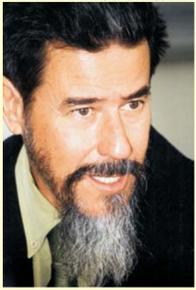
Segundo Carrazza, foram destinados ao projeto US\$ 3 mil, que serão investidos na profissionalização de moradores que, há quase cinco anos, trabalhavam com a espécie de forma artesanal, a partir da extração e torrefação da castanha

do baru. “A essência do projeto é conciliar a conservação do cerrado com a geração de renda para as famílias”, explica. O aproveitamento do baru como alimento faz parte das tradições de índios xavante, contatados há mais de 10 anos, em Diorama (GO).

A intenção do projeto é envolver ainda as comunidades de cidades vizinhas a Pirenópolis, que participarão com o fornecimento de frutos. A expectativa, de acordo com Carrazza, é boa. “O baru é muito bem aceito comercialmente, apesar de ser pouco conhecido”. Para as RPPNs, o projeto representa o exemplo de que é possível garantir a preservação e ao mesmo tempo desenvolver um modelo de sustentabilidade ambiental.



Nascido em Minas Gerais, Gilney Viana, é o atual secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. É médico epidemiologista e doutorando na área de Saúde e Ambiente. Ex-deputado estadual e federal pelo Mato Grosso, sempre atuou na área de meio ambiente e projetos de desenvolvimento sustentável. Substituiu Sérgio Braga, que deu início ao Programa Brasileiro de Rotulagem Ambiental e de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Com a ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, é autor do livro O desafio da sustentabilidade.



Martin D'Avila / MMA

legislações ambientais do mundo. Na sua opinião, por que ainda ocorrem tantos problemas?

Viana - No Brasil, existe a cultura do "leis que pegam, leis que não pegam", mas que, em última instância, revela a incapacidade do Estado para exigir o cumprimento da legislação. Por outro lado, a mudança de comportamento não depende apenas da legislação, mas da mudança cultural que devemos buscar com a educação ambiental, incentivos fiscais e também pelo exemplo.

CV - A participação do terceiro setor na defesa do meio ambiente tem crescido muito, agindo à frente do poder público. Mas há casos em que não há como não depender do Governo, como na criação e implantação das RPPNs. O que hoje impede que haja mais agilidade e rapidez nas ações?

Viana - Realmente, o terceiro setor vem tendo um papel crucial na proteção ambiental no Brasil e no mundo. O seu trabalho tem sido eficaz pela flexibilidade que tem, pelos recursos que consegue e pelo foco de suas propostas. O poder público tem a responsabilidade de estar realizando ações em benefício da sociedade, que não se restringem à de conservar a natureza. Esta decisão é sancionada pela comunidade, pelos cidadãos, pelos produtores rurais, pelos empresários, etc. Disto resulta que as decisões de prioridade no uso de recursos, e até de não uso, dependem do capital político que conseguem angariar para governar, executar e empregar recursos. Neste ponto entra o meio ambiente, diante da necessidade de selecionar projetos. A segunda dificuldade é obter recursos para a execução. Finalmente, o foco do MMA é também outro problema. Para uma administração que se quer democrática, o que priorizar tem que ser objeto de debate, de construção de uma política de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Não é fácil conciliar democracia com agilidade e rapidez.

CV - Há projetos tramitando no Congresso Nacional, como o das reservas legais, que representam ameaças claras à preservação do meio ambiente. De que forma é possível sensibilizar parlamentares sobre a questão, evitando a interferência de segmentos organizados (como produtores rurais, por exemplo)?

Viana - Existem várias propostas de modificação do Código Florestal, que define a reserva legal das propriedades, atualmente determinada por uma medida provisória. Esta questão está retornando ao debate no Congresso pela pressão dos ruralistas, sobretudo para reaver o caso da Amazônia Legal. A posição do MMA é de que existe hoje uma vasta área de terras degradadas ou de florestas já convertidas para onde uma agricultura sustentável possa se expandir e aumentar a produção, sem desflorestar e queimar. Enfim, é preciso dizer que existem alternativas econômicas viáveis ao desflorestamento e que estes agricultores podem ser participantes.

CV - O Brasil tem uma das melhores e mais completas

Estado é incapaz de exigir o cumprimento das leis

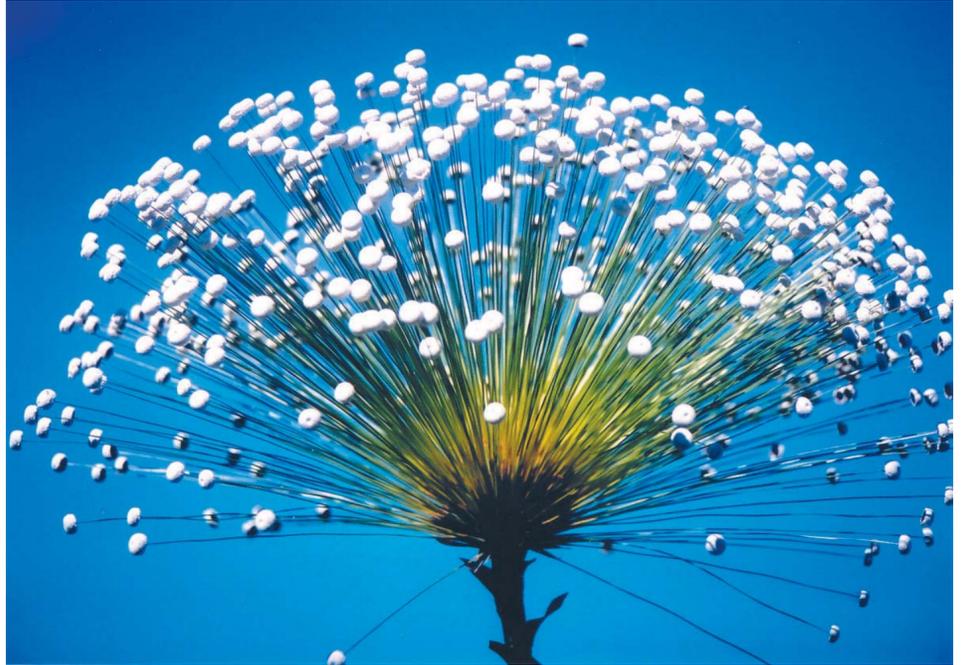
Cerrado Vivo - A degradação do cerrado é contínua e tem se agravado muito nos últimos anos. O MMA tem alguma estratégia emergencial para conter essa situação?

Gilney Viana - O Cerrado é o bioma brasileiro menos protegido e mais sujeito à antropização. Desde a década de 70, sua degradação tem sido acelerada pela conversão em fazendas de gado e pela expansão da agricultura. O MMA tem proposto medidas para diminuir a velocidade de degradação e preservar as áreas remanescentes do cerrado, como critérios de sustentabilidade para os financiamentos pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste e a construção de um plano de desenvolvimento regional, no contexto da criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste; alguns instrumentos de ordenamento territorial, como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e definição de novas áreas protegidas. No Congresso, apoiamos a proposta de desarquivamento e aprovação do projeto de Emenda Constitucional PEC 150/1995, do ex-deputado, Pedro Wilson, que inclui o cerrado e a caatinga como biomas de interesses do patrimônio nacional.

Agenda 2003

AGOSTO	SETEMBRO	15 e 16- Acre	24 a 26- São Paulo
1º. Inauguração da Biblioteca da Funatura/sede Brasília 18h30	11 a 15- III Encontro e Feira "Povos do Cerrado", na Praça Universitária, Goiânia(GO)	OUTUBRO	24 a 26- Ceará
20 e 21 Assembléia para eleição da nova diretoria da Confederação Nacional das RPPNs Funatura/sede Brasília 19h	•Preparatórias para a Conferência Nacional de Meio Ambiente: 13 e 14- Rio G. do Sul	Preparatórias para Conferência Nacional de Meio Ambiente: 09 a 11- Mato G. do Sul	28 e 29- Pará
		10 e 11- Paraná	31- Santa Catarina
		16 e 17- Brasília	Todos os debates serão abertos à comunidade. Informações sobre local e horário nos órgãos ambientais locais
		17 e 18- Amapá	

Mara Moscoso / Funatura



Redescobrimo o cerrado

Depois de três Encontros dos Povos na região dos parques nacionais Grande Sertão Veredas (MG) e Chapada dos Veadeiros (GO), comunidades e produtores rurais despertam para a importância da conservação do bioma. Cresce o interesse pela criação de RPPNs e pelos projetos de desenvolvimento sustentável, uma das mais importantes alternativas à melhoria da qualidade de vida local e à preservação do meio ambiente. Pág. 3



Exportada para a Europa e Japão, favela garante o sustento de famílias mineiras.Pág. 3

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Gilney Viana, fala sobre planos do MMA. Pág.4

EDIÇÃO ESPECIAL
Chapada Gaúcha, Colinas do Sul e Formoso: lugares de gente que se encontra

Corrente pela preservação

Foi trabalho a perder de vista. Depois de meses de preparação para os encontros dos Povos do Grande Sertão Veredas (Chapada Gaúcha/MG), Chapada dos Veadeiros (Colinas do Sul/GO) e Arte, Cultura e Meio Ambiente (Formoso/MG), em abril, maio e junho, a hora é de avaliar resultados.

"Ampliamos e fortalecemos alianças e despertamos nas comunidades e prefeituras a consciência ambiental", resume o coordenador do projeto de criação e implantação de RPPNs da Funatura, o engenheiro florestal Fernando Lima.

Em Chapada Gaúcha, os proprietários de terra já compreendem a importância da preservação. Em uma região de extensas plantações de soja e capim, desmatar e plantar sem critérios deixa de ser prioridade. O produtor de soja Joaquim Paranaense, por exemplo, não vai mais destruir dezenas de hectares na nascente do rio Pacari. Quer transformar tudo em RPPN e preservar a fauna nativa.

Como Paranaense, outros proprietários também têm se aliado à Funatura. Os técnicos já são "gente de casa". Em Colinas do Sul (GO), até o prefeito Ozamir Miro se convenceu a criar uma RPPN e agora trabalha no convencimento de donos de terras na Chapada dos Veadeiros. Além da reserva, quer implantar um Parque Municipal de 300 hectares de cerrado, a seis quilômetros da cidade. No município mineiro de Formoso, também há

Mara Moscoso / Funatura



RPPN Terra do Segredo: cerrado protegido na Chapada dos Veadeiros

gente pensando em RPPNs, como já fizeram os proprietários das Fazendas Trijunção, onde metade dos 30 mil hectares são áreas de preservação.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Na opinião do superintendente da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo, os contatos e a troca de experiências trouxeram benefícios não só para o projeto de RPPNs como para os municípios que precisam muito de apoio do governo e, durante os encontros, tiveram a chance de expor suas dificuldades. Em todos os eventos, participaram representantes dos governos federal e estadual, Sebrae, Agência de Desenvolvimento Rural (AGDR), Agetur, Instituto de Produção Cultural Brasileira (IPCB) e Banco do Nordeste.

Nas mesas-redondas, a comunidade discutiu, entre outros assuntos, o pagamento das indenizações em caso de desapropriação, a dispensa de audiências públicas para a criação de RPPNs, o excesso de burocracia do Ibama, a falta de apoio das prefeituras, o ICMS Ecológico e políticas públicas para pequenos municípios. Uma das sugestões da Funatura para ajudar nas despesas dos donos de RPPNs é a criação de um fundo mantido com recursos obtidos com a cobrança de compensações ambientais. Com o dinheiro, os proprietários teriam como arcar com os gastos com documentação e demais exigências do Ibama. "Os municípios e suas comunida-

des precisam ser compreendidos de forma integrada. Não adianta falar em meio ambiente sem informar, sem educar, sem valorizar essas regiões que ainda sobrevivem em precárias condições", explica Cesar. "E nisso os encontros promovidos pela Funatura e prefeituras colaboraram muito."



Terras do prefeito de Colinas serão preservadas

A educação ambiental nas escolas e o engajamento de alunos e professores dos ensinos fundamental e médio já são percebidos. Segundo o diretor de Meio Ambiente de Cavalcante (GO), José Luiz Ramalho, desde o encontro realizado no ano passado, muita coisa mudou. "As pessoas já sabem o que é RPPN e estão interessadas no assunto", diz. As oportunidades de negócios em todos os eventos também foram boas. "Da próxima vez, vou trazer mais rebacas. Não sabia que tanta gente ia querer", comentou animado o agricultor e rabequeiro de Ribeirão de Areias, Domingos Gonçalves dos Santos, 67 anos. Desde o artesanato de palha de buriti e cerâmica aos tiragostos de pequi e os quitutes de mandioca, nada sobrou sem ser vendido.

Ao alcance das mãos

A partir do dia 1º de agosto, mais de três mil exemplares de livros, periódicos, relatórios e publicações nacionais e estrangeiras estarão disponíveis à consulta para pesquisadores, estudantes e para o público interessado em meio ambiente.

Nesta data, décimo-sétimo aniversário da Funatura, será inaugurada oficialmente a Biblioteca da sede da Fundação, em Brasília. O trabalho de organização envolveu uma equipe de bibliotecários, que fizeram o cadastramento e informatização de dados. Além das publicações da Funatura, podem ser encontrados

livros editados pelo Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Secretaria do Meio Ambiente do DF e universidades, dissertações, teses e artigos científicos, bem como a legislação em vigor. Com a inauguração da Biblioteca da Funatura, Brasília ganha um dos mais completos acervos ambientais hoje disponíveis ao público na cidade.

Fernando Lima
Coordenador do projeto

EDITORIAL

EXPEDIENTE

Cerrado Vivo
Publicação trimestral do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado (PNUD BRA/00/G35)
Ano 1 nº4
Julho/Agosto/Setembro 2003
FUNATURA
Fundação Pró-Natureza
SCLN 107/bloco B salas 201/207
Cep 70.743-520 Brasília, DF
Fone: (61) 274-5449
Fax: (61) 274-5324
www.funatura.org.br
Email: jornal@funatura.org.br
Diretor Presidente
Henrique Brandão Cavalcanti
Superintendente Executivo da Funatura
Cesar Victor do Espírito Santo
Equipe Técnica
Fernando Lima,
Adolpho Kesselring,
Mara Moscoso e
Daniel Fonseca
Arte/Educação
Helena Oliveira da Silva
Assistente Adm./Financeiro
Rômulo Netto de Almeida
Editora
Kátia Marsicano
DF 1655/09/70-1P
Programação Visual:
Milton Goes
Fotos:
Funatura
Apoio:
GEF PNUD

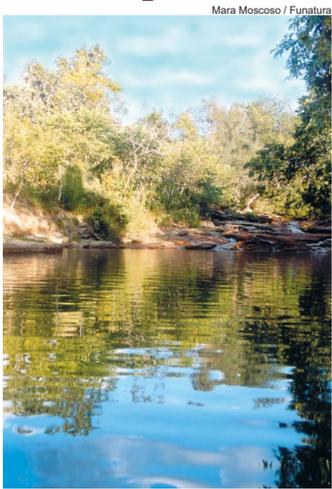
Funatura participa de Conferência Ambiental

Mara Moscoso / Funatura

Confirmada a participação da Funatura nas comissões organizadoras da Conferência Nacional de Meio Ambiente, que vai acontecer em Brasília, dias 29 e 30 de novembro. A escolha foi feita por indicação entre as ONGs do DF que vão compor as coordenações regional e nacional, preparatórias para o evento.

A conferência, considerada uma das mais importantes já realizadas no País, reunirá sociedade civil, governo e iniciativa privada, no primeiro fórum de debates ambiental voltado à elaboração de propostas a serem incorporadas às políticas públicas nacionais.

O representante da Fundação Pró-Natureza é o geógrafo Adolpho Kesselring. "Esse será o momento de discutir o que queremos para o futuro do Brasil", diz ele, lembrando que, pela primeira vez, crianças e jovens também terão a chance de defender suas idéias. O principal tema da conferência é "Vamos cuidar do Brasil".



Água será tema de debates

Árvore da saúde



Favela: eficácia no tratamento médico

O nome faz lembrar um grande aglomerado de barracos e pessoas vivendo precariamente. Mas, não é nada disso. A favela, espécie de árvore do cerrado, que atinge até 15 metros de altura e muito usada em projetos de paisagismo, é hoje a melhor

perspectiva de futuro econômico para comunidades nativas, principalmente pelo seu valor medicinal.

A espécie é fonte de uma substância chamada rutina, extraída das vagens e indicada para fabricação de remédios para circulação sanguínea. Cada árvore produz por ano em média de 10 a 20 quilos de fava, no período de maio e junho.

Só para se ter uma idéia, cerca de 12 mil famílias (mais de 45 mil pessoas) da zona rural de São Francisco (MG), estão participando do projeto desenvolvido há três

anos pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), com o apoio do Sebrae, Fundação de Amparo à Pesquisa (MG), CNPq, Universidade Federal de Minas Gerais, Ibama, Fundação Zoobotânica, prefeituras, associações e sindicatos da região. A favela, antes vendida por R\$ 0,05 o quilo, agora vale R\$ 0,45, o correspondente a vinte por cento da renda da população local.

Os próximos municípios a serem envolvidos no projeto, com o apoio da Funatura, são Chapada Gaúcha e Formoso (MG). O diagnóstico da região começou em maio e a expectativa dos

pesquisadores é muito boa, por se tratar de uma área ainda não degradada. Empresas de São Paulo e Minas são as principais compradoras do produto, que depois é exportado para França, Itália e Japão.

"A favela do cerrado é a mais rica do planeta", garante o químico Fernando Madeira, coordenador do projeto. Até o final de agosto, outra parte do entorno do Grande Sertão será mapeada. Um terço já foi visitado e confirmou o potencial da atividade, que beneficiará especialmente comunidades de assentados. Além do replantio de mudas de favela em áreas degradadas, melhorando índices pluviométricos e reduzindo o assoreamento de rios e córregos, o projeto oferece ainda assistência de saúde à comunidade.

gente do meio ambiente

O significado está em todos os dicionários. No Aurélio, o sentido pode vir da filosofia, da antropologia e até da agronomia. Cultura, para quem a vive no dia-a-dia, mesmo sem saber, é outra coisa. Para Salustiano Pereira, 86 anos, (ou seu "Itim", como é mais conhecido) e o filho, Jonas, 56, cultura é ser rabequeiro, o ofício que aprenderam ainda meninos e se orgulham de mostrar aos mais jovens, apesar de tal "globalização" - que não entendem o que é, mas sentem na pele os seus efeitos.

Na pequena Ribeirão de Areias, em pleno cerrado mineiro, ela também já chegou.

Mas, quem pensa que por isso é possível destruir uma cultura, histórias de vidas e gerações inteiras, está enganado. A cultura e as tradições escondidas no Brasil distante estão lá. Às vezes, meio adormecidas, mas continuam onde nasceram. Durante os Encontros dos Povos dos Parques Nacionais Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros e no Encontro de Arte, Cultura e Meio Ambiente, realizados em abril, maio e junho, nos municípios de Chapada Gaúcha (MG), Cavalcante (GO) e Formoso (MG), cerca de 15 mil pessoas reencontraram as suas raízes.

Do cigarro de palha e da boa "prosa" sertaneja, do chimarrão com sotaque forte dos pampas às roupas coloridas e bem engomadas para apresentar a dança típica aos visitantes, mineiros, goianos e gaúchos se deixaram levar pela magia da festa promovida pela Funatura e prefeituras locais. Os eventos são

parte do projeto de criação e implantação de RPPNs no entorno dos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros (GO) e Grande Sertão Veredas (MG), apoiado pelo GEF/PNUD.

A redescoberta da auto-estima das comunidades, expressa através das manifestações culturais, é, na verdade, um dos passos em direção ao resgate da cidadania e da conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente. Afinal, como querer que uma população valorize a natureza que a cerca se desconhece o valor dela mesma?

Em Chapada Gaúcha e Formoso, a presença imponente das veredas do Grande Sertão, cenário dos personagens de Guimarães Rosa serviu de inspiração até para quem desconhecia o livro, hoje traduzido em dezenas de idiomas mundo afora. Nos dois municípios agora as pessoas já sabem sobre os

riscos da falta d' água, das consequências do desmatamento, do cultivo de grandes extensões, do extrativismo indiscriminado e das queimadas de capim no entorno do Parque Nacional.

"Associar a cultura como instrumento de estímulo à preservação ambiental é a melhor forma de ajudar as pessoas a reconquistarem seu papel de cidadãos", comenta o coordenador do projeto da Funatura, engenheiro florestal Fernando Lima. "A parceria e a relação de confiança com as comunidades têm sido fundamentais".

Se o cerrado ainda agoniza, como revelam os números da devastação, dentro dele, resistem povos que podem salvá-lo para sempre. Gente que precisa dele para sobreviver, tira de suas árvores, como o buriti, a palha para artesanato e o fruto para as guloseimas. Gente que sabe o valor que está ali, bem ao alcance da mão.



"A vista do lago recordava-lhe... as noites nas festas ruidosas dos lundus e cateretês"

(Inglês de Souza, O Missionário)



Luciana Cavalcante / Funatura Paula Seabra / Funatura



Paula Seabra / Funatura



Paula Seabra / Funatura



Luciana Cavalcante / Funatura



Paula Seabra / Funatura



Paula Seabra / Funatura

Aliança entre parceiros

A desvalorização no falar e a clareza de raciocínio para uma pessoa que mal frequentou a escola intrigam à primeira vista. O jeito é o mesmo dos companheiros generalistas, mas José Correia Quintal, o Jéssu, 44 anos, é o presidente da Associação Comunitária dos Buracos, um lugarzinho incrustado entre paredões, refúgio de espécies raras de araras vermelhas, a 25 quilômetros do município de Chapada Gaúcha (MG), um corredor ecológico entre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Parque Estadual Serra das Araras.

"Quando o pessoal da Funatura apareceu ficamos meio desconfiados", diz ele. "Hoje sabemos que o objetivo é preservar a natureza e nos ajudar a melhorar a vida". No Vão dos Buracos, 40 famílias vivem da roça doméstica, das casas de farinha e do que vendem extraindo óleo de coco de buriti e do artesanato de palha.

Durante o Encontro dos Povos, os moradores perceberam que o que produzem vale muito mais do que alguns trocados para gastar na mercearia. O projeto de implantação do Plano de De-

envolvimento Sustentável (PDS), executado pela Funatura, em parceria com as prefeituras de Chapada Gaúcha e Formoso, com o apoio do PROBIO/MMA/CNPq, tem colaborado com a capacitação e melhoria da qualidade de vida local.

Um dos exemplos foi o curso para melhoramento da farinha, um produto muito consumido na região, mas que precisava agregar valor comercial para venda.



Mãos dadas e objetivos comuns: debates ajudaram a fortalecer parcerias

Também estão em andamento projetos comunitários voltados à produção de açúcar mascavo, cultivo de soja orgânica e reaproveitamento da palha do capim, um dos maiores desafios na região. O objetivo é evitar que toneladas de palha sejam queimadas, poluindo o ar e

comprometendo a saúde das pessoas. O assunto foi tema de debate entre produtores de semente de capim e técnicos da Funatura durante reunião do Conselho Gestor do PDS.

Mais parcerias com a Funatura já foram estabelecidas para os projetos agroextrativistas da favela, do pequi e da palha do coco, que fazem parte dos estudos desenvolvidos pelo Cetec para a região. O município de Chapada Gaúcha vai ganhar uma unidade de beneficiamento de produtos, se a prefeitura ceder à Funatura um terreno ou estrutura em benefício dos pequenos produtores locais.

Outro exemplo de que a parceria é sempre o melhor caminho foi a formação da rede de municípios que compõem a região do Grande Sertão/Uruçuia. Em maio, deram uma aula sobre como captar recursos financeiros e humanos, deixando de ser "pedintes", como eles mesmos disseram não querer mais ser. Após um ano, 900 pessoas foram capacitadas, por iniciativa própria, com a ajuda do Sebrae e da Agência de Desenvolvimento do Vale do Uruçuia para trabalhar em 19 projetos.



Paula Seabra / Funatura



Paula Seabra / Funatura

Histórias do passado

Quem não conhece o noroeste mineiro e o nordeste de Goiás nem imagina, mas perde oportunidades de descobrir parte da história do povo do Brasil. Da Chapada dos Veadeiros, brotam as reminiscências da mineração e a forja da sofrida tradição kalunga, descendente de escravos fugitivos, e do sertão mineiro, em pleno médio São Francisco, imortalizado pelo olhar de Guimarães Rosa, exterra de índios amoiaras, temiminós e tamoios, vem a outra ponta do fio dessa ainda incompleta saga brasileira.

Para o historiador Xiko Mendes, deixar que tudo se perca no passado é quase um sacrilégio. Nascido em Formoso (MG) por onde

passaram Riobaldo e Diadorim, personagens de Grande Sertão: Veredas, e o lendário cangaceiro Antônio Dó, ele resolveu vasculhar baús e arquivos, entrevistar pessoas e recuperar o que parecia perdido. Durante 17 anos, buscou registros dos 225 anos do então povoado, e os resumiu em quase 600 páginas do livro "Formoso de Minas no final do século XX".

Nele está uma das mais importantes reconstruções da memória e da identidade "geralista", da geografia às manifestações folclóricas, como a Coroação do Imperador do Divino, a dança do tatu-sobe-pau, do tamandú, do lundu, do São Gonçalo, dos contadores de causos e das intermináveis ladainhas das benzedeiras.

Do interior para as telas de cinema

A importância das tradições regionais

não páram por aí e, felizmente, há mais gente descobrindo esse valor que já ultrapassa as fronteiras nacionais. Os europeus (e brasileiros, claro) que assistiram ao filme Desmundo, de Alain Fresnet, ouviram o português arcaico, do período colonial, garimpado, em boa parte, em Diamantina e Uruçuia.

A pesquisa foi encomendada ao professor Helder Ferreira, da Universidade de São Paulo (USP), que, em pleno século XXI, conseguiu encontrar "jeitos de falar" como o dos antigos portugueses. Uruçuia é um dos municípios mineiros que integram o Fórum da Microrregião Grande Sertão Uruçuia, do qual participam a Funatura e entidades da sociedade civil local.



Paula Seabra / Funatura



Paula Seabra / Funatura

O encanto da descoberta

Os dedos nunca haviam sentido a sedosidade do papel couché e os olhos jamais viajaram nas cores de tantas fotos. Algumas paisagens eram até conhecidas, mas outras em nada se pareciam com o que aquelas pessoas estavam acostumadas a ver em seus difíceis dias de trabalho. O objeto do fascínio - livros e mais livros - estavam bem ali, ao alcance das mãos calejadas e da pele curtida pelo sol do cerrado.

A princípio, desconfiados, homens, mulheres, jovens e crianças se deixaram levar pela curiosidade e aceitaram o convite de folhear o que quisessem. Bastava chegar, ou, como diriam eles, encostar. Os mais de 30 volumes selecionados entre os cerca de 3 mil exemplares da Biblioteca da Funatura estavam ali, no

estande, para abrir à comunidade as portas do conhecimento.

Para quebrar a cerimônia e ajudar a aproximar as pessoas, os bibliotecários Iris e Celson, - que prestaram serviço à Funatura -, tiveram que lançar mão da sensibilidade e da paciência, para que aquele momento significasse o primeiro passo rumo à descoberta do mundo dos livros. No mesmo local, a exibição de vídeos sobre as comunidades indígenas kraós e o making off dos encontros dos povos magnetizava olhares por horas a fio, sem que sequer alguém se distraísse em conversas ou com os sons da festa. A experiência, que surpreendeu pelos resultados, se repetiu nos encontros de Colinas do Sul (GO) e Formoso (MG).



Luciana Cavalcante / Funatura



PREFEITURAS:

Chapada Gaúcha (MG) - Formoso (MG)
Cavalcante (GO) - Colinas do Sul (GO)

"Só no azul do anoitecer é que o Chapadão tem fim"

Riobaldo, em Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosas



Semard

O secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, José Carlos Carvalho, tem um currículo de fazer inveja. Engenheiro florestal, é uma das autoridades mais respeitadas mundialmente na área ambiental. Foi ministro do Meio Ambiente, no Governo Fernando Henrique e pela segunda vez está à frente da Semard. Em sua gestão no MMA, criou o Programa Nacional de Florestas e a Diretoria de Florestas. Recém-chegado do Canadá, onde participou como convidado especial da ONU no XII Congresso Florestal Mundial, em setembro passado, Carvalho falou com exclusividade ao Cerrado Vivo sobre o pioneirismo que pretende deixar registrado na secretaria, transformando Minas Gerais em líder no ranking da preservação do cerrado.

Cerrado Vivo - Minas Gerais está saindo na frente e dando exemplo de preservação, criando a primeira reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) do cerrado, no Brasil. Apesar de o bioma estar em situação crítica, como nos demais estados, há preocupação em defender o que ainda resta.

José Carlos Carvalho - Sim, é preciso acabar com o estigma de que o cerrado não serve para nada. Em função disso, além da primeira RDS, até o final do ano estará criada a primeira reserva extrativista do cerrado, no norte de Minas, perto de Montes Claros. O objetivo é valorizar o potencial dos frutos do cerrado, como o pequi e outros, deixando de lado a exploração dos recursos madeireiros.

CV O que motivou a criação da RDS?

Carvalho - Na verdade, pensamos primeiro em ampliar o Parque Estadual de Serra das Araras, mas depois de consultas à população, descobrimos que melhor seria a reserva, porque permitiria o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade. A ideia é de 1998, anterior ao SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Queremos que em novembro de 2003, a reserva esteja criada. Haverá um conselho deliberativo, com a participação de moradores, sob a coordenação do Instituto Estadual de Florestas (IEF). O Plano de Manejo da reserva será feito pela Funatura.

CV - Quanto o governo de Minas precisou investir? Como estava a situação fundiária da região? Esse é um problema que sempre atrapalha, porque requer dinheiro para indenizar as terras desapropriadas.

Carvalho - Gastamos com a regularização fundiária, sim, mas agora os 50 mil hectares estão desimpostos. Não houve desapropriações.

"é preciso acabar com o estigma de que o cerrado não serve para nada"

CV - Criar a primeira RDS do cerrado é bom, mas o bioma precisa ampliar as áreas protegidas. A expansão agrícola, principalmente no norte e noroeste mineiro, não pára.

Carvalho - Claro, por isso queremos dobrar o número de unidades de conservação em quatro anos. Hoje são trinta, de uso direto e indireto. Minas é o estado que tem o maior número de RPPNs do Brasil.

CV - O cerrado em Goiás está em situação crítica. Minas Gerais tem algum levantamento que identifique quanto já foi desmatado e quando resta?

Carvalho - Atualizado, não. Nosso último levantamento foi feito em 1995, mas até março teremos dados novos. Está sendo produzido o Atlas de Áreas Prioritárias para Proteção da Biodiversidade. Coordenado pela Fundação Biodiversitas, o estudo será bem completo, com escala de detalhes 1/50.000. A partir dele, teremos um panorama bem claro do quanto ainda se mantém preservado e das ações que precisarão ser adotadas para garantir a integridade dessas áreas.



Protegidas para sempre

Proprietários aguardam reconhecimento do Ibama, em Brasília, para registrar RPPNs em cartório. O documento significa a garantia de que o cerrado preservado, bem como as espécies da fauna e da flora nativas existentes nessas áreas particulares da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Grande Sertão Veredas (MG), terá a aprovação legal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Técnicos da Funatura comemoram o sucesso do projeto de incentivo à criação e implantação de reservas.

Pato mergulhão: RPPN pode ser o último refúgio
Pág. 3



Grande Sertão Veredas: ampliação do Parque em risco
Pág. 3

Cerrado com dias contados em Goiás
Pág. 2

Secretário de Meio Ambiente de Minas cria a primeira reserva de desenvolvimento sustentável do cerrado - Pág. 4

agenda

Novembro
12 e 13 Encontro Regional Rede Cerrado e I Encontro do Grupo de Trabalho do Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Cerrado Diorama (GO)
03 a 05 Pré-Conferência de Meio Ambiente Manaus (AM)

04 e 05 Pré-Conferência de Meio Ambiente Salvador (BA)
05 a 07 Pré-Conferência de Meio Ambiente Florianópolis (SC)
05 a 07 Pré-Conferência de Meio Ambiente Campo Grande (MT)
28, 29 e 30 Conferência Nacional de Meio Ambiente, Brasília

Dezembro
07 a 10 II Simpósio de Educação Ambiental Itajaí, SC

EDITORIAL

Até o início do próximo ano, oito novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) estarão criadas nas regiões dos parques nacionais da Chapada dos Veadeiros (GO) e Grande Sertão Veredas (MG). Todas apoiadas pela Funatura, que, nos dois últimos anos, tem se dedicado ao projeto de incentivo e implantação desse tipo de unidade de conservação no bioma cerrado.

É bem verdade que a tramitação dos processos não tem sido nada fácil e não bastam apenas a disposição e consciência de proprietários em transformar áreas preservadas em reservas. A burocracia ainda dificulta tudo, mas mesmo assim, há que se

comemorar mais um passo em direção à preservação ambiental nos estados de Goiás e Minas Gerais. Aliás, a batalha diária em defesa do cerrado é feita assim: com ganhos e perdas. Ganhos, como a criação da primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do cerrado, no norte de Minas, e o animador indício de que ainda existe o raríssimo pato mergulhão, na RPPN Campo Alegre, em Goiás. E perdas, como o preocupante resultado do estudo GEOGoiás 2002, que chama a atenção para o acelerado processo de desmatamento do cerrado no Estado.

Mas, além das perdas e

ganhos, há ainda os casos em que a luta não está vencida. Um exemplo é o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que pode se tornar um dos maiores parques nacionais de cerrado do País, caso o decreto de ampliação seja assinado, apesar da oposição do governo baiano, que alega ter vários empreendimentos agroindustriais para a região - como se em nome de interesses econômicos tudo fosse possível. Diante disso, fica a lição: o importante é não abandonar a determinação de prosseguir. Vale a pena.

Fernando Lima
Coordenador do Projeto

GOIÁS: FUTURO SEM O CERRADO

As estatísticas revelam que, em 86 anos, caso o ritmo de desmatamento no estado de Goiás continue acelerado, restará muito pouco do bioma cerrado na região. Os órgãos ambientais regionais estão entre os principais responsáveis por autorizar o desflorestamento, inclusive de áreas protegidas por lei, como matas ciliares.

Se o desmatamento ocorrer em campos e savanas, o prazo poderá cair de 86 para 57 anos. E aí só restarão as unidades de conservação, como o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e as reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs).

Em dois anos, a Agência Ambiental de Goiás liberou o desmatamento de quase 200 mil hectares - 2,34% do território. Hoje, o que se vê são grandes extensões de plantio de soja e pasto. A agropecuária é a atividade econômica desenvolvida em 74% do território do estado, seguida pela mineração, segundo lugar na lista de exportações (e degradação) goianas.

As informações constam do relatório GEOGoiás Estado Ambiental de Goiás 2002, o primeiro estudo realizado por uma unidade federativa brasileira, para diagnosticar a situação do estado e nortear a adoção

de medidas que evitem tantos prejuízos ambientais. São 237 páginas de informações divulgadas, em Goiânia, na véspera da primeira comemoração do Dia do Cerrado, em 11 de setembro.

O estudo, que usa a metodologia Global Environmental Outlook (GEO), disponibilizada aos países pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), foi organizado pela Secretaria de Meio Ambiente de Goiás (Semarh), Agência Ambiental de Goiás e Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (Cebrac), com o apoio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A quantidade de informações é



Mara Moscoso

Agropecuária: degradação autorizada pelo governo - destinam-se a atender ao mercado nacional, que recebe os benefícios, mas deixa o ônus da degradação ambiental.

EXPEDIENTE

Cerrado Vivo
Publicação trimestral do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado (PNUD BRA/00/G35)

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza
Diretor Presidente: **Henrique Brandão Cavalcanti**
Superintendente Executivo: **Cesar Victor do Espírito Santo**
Milton Goes (Arte Final)

EQUIPE TÉCNICA
Fernando Lima - Adolpho Kesselring
Mara Cristina Moscoso

Arcanjo Daniel S. Fonseca
(Assistente de campo)
Rômulo Netto
(Adm. Financeiro)

REDAÇÃO E EDIÇÃO
Kátia Marsicano
(DF1655/09/70 JP)
Milton Goes (Arte Final)

Funatura
SCLN 107 - Bloco B - salas 201/209 Brasília, DF
CEP: 70.743-520 - Fone: (61) 274-5449
www.funatura.org.br - funatura@funatura.org.br

Apoio:



Novas RPPNs prontas para registro

Em no máximo 90 dias, 2.350 hectares de cerrado goiano e mineiro estarão protegidos para sempre da degradação. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Goiás liberou para o reconhecimento a criação de oito novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) na região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Grande Sertão Veredas.

As reservas estão sendo apoiadas pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), que colaborou não só tecnicamente como no encaminhamento da documentação e cumprimento das exigências legais. A parte final do processo de reconhecimento das áreas depende apenas de publicação no Diário Oficial da União (DOU) e registro em cartório da RPPN.

Enquanto isso, a expectativa é grande, princi-

palmente para a proprietária da Fazenda Oca do Barreiro, em Barro Alto (GO), Waldete Aparecida Costa. "Rezei muito para Deus me mostrar um jeito de proteger meus bichos", conta. Preocupada com a caça indiscriminada, conseguiu convencer até o marido, que chegou a hesitar diante da ideia. Criar uma RPPN de 70 ha, para ela, foi a "bênção" que precisava. Em breve, Waldete começa a escrever um livro sobre a experiência e a satisfação de ser a guardiã de um pedacinho de cerrado.

Para a equipe da Funatura, as oito novas RPPNs significam mais do que a concre-

tização de um projeto, são o resultado dos esforços em busca da mudança de mentalidade sobre a importância da preservação do cerrado. As demais propriedades são as RPPNs Soluar (42.4 ha), Varanda da Serra (1.4 ha), Cachoeira das Pedras Bonitas (87.23 ha) e Parque da Capetinga (1.509 ha), em Goiás, e Nascentes do Paçari (346 ha) e Arara Vermelha (281 ha), em Minas Gerais.

Mara Moscoso



Oca do Barreiro: animais protegidos da caça criminosa

Na luta contra a extinção

Pouca gente já deve ter ouvido falar nele e menos ainda foram as testemunhas que tiveram o privilégio de vê-lo. Ao contrário do lobo-guará -, que, mesmo sob risco de extinção, usufrui da fama de animal-símbolo do cerrado -, o pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*) enfrenta o anonimato popular, enquanto tenta sair da lista de espécies criticamente ameaçadas de extinção. No Brasil, os raros espécimes localizam-se especialmente na região da Serra da

Canastra (MG) e Chapada dos Veadeiros (GO).

Mas, é possível que em breve boas notícias surjam sobre ele. Entre o povoado de São Jorge e Colinas do Sul (GO), na RPPN Campo Alegre, de 7.500 hectares, há indícios de que haja algumas dessas aves, vítimas da caça criminosa em áreas preservadas.

A expectativa da equipe da Funatura é a confirmação dos relatos de moradores, que garantem já tê-los visto por perto. Caso isso aconteça, será um dos mais importantes registros já feitos sobre a espécie, porque vai significar uma esperança a

mais de salvar o pato mergulhão do desaparecimento definitivo.

Assim como ele, outras tantas espécies nativas do cerrado também estão sob ameaça seja ela causada pela expansão agrícola, pelo desmatamento, pelo avanço das cidades ou pela caça predatória. Nas áreas de atuação da Funatura, já foram identificadas espécies, como cervos-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*, vulneráveis), rolinhas-do-planalto (*Columbina cyanopsis*, criticamente em perigo) e bicudos-verdadeiros (*Oryzoborus maximiliani*, criticamente em perigo).



Últimos espécimes podem estar em Goiás

Cerrado Vivo - Qual é a principal preocupação da Secretaria de Biodiversidade hoje?
João Paulo Capobianco - A falta de visão estratégica mais bem definida e estruturada, no sentido de conservar e promover o uso sustentável. Fiquei bastante surpreso com o fato de não haver ações básicas, como o monitoramento dos biomas do Brasil. Atuávamos em coisas importantes, como a criação de unidades de conservação, mas sem planejamento.

CV - Que providências foram tomadas para resolver os problemas?

Capobianco - Fizemos uma parceria com o IBGE, que permitiu a edição do primeiro mapa oficial de biomas do Brasil, que será publicado no início deste ano. Instituímos grupos de trabalho responsáveis por dois biomas: Mata Atlântica e Cerrado. Instituímos a Comissão Nacional de Biodiversidade, que trata da estratégia de implantação da Convenção da Biodiversidade no País. Dinamizamos o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e definimos várias resoluções, uma das quais o decreto acaba de ser assinado pelo presidente e que facilita a pesquisa científica.

CV - O que foi feito em benefício do Cerrado?

Capobianco - O cerrado sempre foi um bioma de segunda ou terceira categoria dentro do governo. Para suprir essa lacuna, foi criado um grupo de trabalho (GT) do Cerrado e o Dia do Cerrado, que representa o momento em que a sociedade para pensar no que está acontecendo com esse bioma importantíssimo.

CV - Na gestão anterior do MMA, também houve um programa voltado para o cerrado e os resultados foram poucos.

Capobianco - Não sei o que houve com o outro. A diferença é que foi criado agora, dentro do Plano Plurianual (PPA), um programa específico para os biomas brasileiros. Uma "janela" para viabilizar, na estrutura do governo, uma ação permanente em relação aos biomas e dentro dele está o cerrado.

CV - Para isso haverá necessidade de recursos...

Capobianco - Os recursos para o ano de 2004 são muito limitados. A expectativa é que a gente possa usar os recursos orçamentários e alavancar oportunidades de doações e busca de recursos em outras fontes de governo, criar um espaço de sinergia entre empresas públicas e privadas para canalizar recursos para o cerrado.

"Nós vamos dedicar este ano de 2004 muito intensamente para tentar dar uma virada na questão do cerrado"

Para o secretário de Biodiversidade do Ministério do MMA, biólogo João Paulo Capobianco, o novo ano representa o desafio de superar as ameaças ao bioma. Com a instituição de um grupo de trabalho especial e a garantia de recursos no Plano Plurianual (PPA), espera conseguir mais do que apenas promessas e perspectivas não concretizadas. A meta agora é conquistar o próprio Governo Federal e garantir a parceria da sociedade. Mesmo sabendo que haverá resistências, está convencido de que é um otimista.



Martin D'Avila/MMA

CV - Apesar da preocupação do MMA com o cerrado, há outros interesses que vão entrar em conflito com a questão ambiental...

Capobianco - A necessidade de haver uma política transversal dentro do governo é um dos objetivos da atual gestão. Temos uma experiência positiva da Amazônia, concluímos um plano de combate ao desmatamento, envolvendo 11 ministérios. Isso não é fácil, porque envolve recursos, mobilização de esforços e política. Para o cerrado, será o mesmo caminho. A nossa idéia é ganhar o governo para a questão do cerrado, criar uma visão que se irradie para os governos estaduais, municipais, para o parlamento, para a sociedade. Sabemos que temos pouco tempo. Vamos dedicar este ano de 2004 muito intensamente para tentar dar uma virada na questão do cerrado.

CV - O senhor acredita nisso?

Capobianco - A questão é a seguinte: a destruição é descomunal porque é feita em grande escala. É um processo de ecocídio. Então temos duas opções: acreditar ou achar que está tudo perdido. É muito fácil alegar chegar aqui e falar que não vê solução. Por isso, o GT do Cerrado é importante. Não é mais uma comissão para não fazer nada. É um grupo que reúne o que há de melhor da sociedade, da academia, das empresas, do governo para olhar o problema e buscar soluções.

CV - Como o MMA vai resolver o impasse entre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o governo da Bahia?

Capobianco - De fato, há resistência. Consideramos que os argumentos apresentados não justificam a não ampliação do parque. Já apresentamos isso para a Casa Civil e a própria sociedade tem participado, enviando mensagens. Acho que tere-

mos uma solução adequada para o caso.

CV - Que tipo de solução?

Capobianco - A ampliação do parque. O projeto é tecnicamente muito bem feito, inclui apenas áreas de cerrado e protege o conjunto de nascentes do rio São Francisco. Confesso que devo fazer uma mea culpa sobre a forma como vínhamos trabalhando na criação de unidades de conservação. Tínhamos que envolver mais os atores políticos relacionados na questão.

CV - O que aconteceu no Grande Sertão?

Capobianco - Consultamos os secretários de Estado, que foram favoráveis, e a Casa Civil consultou os governadores. Se tivéssemos feito esse contato e esclarecido que não há áreas de produção agrícola envolvidas e nem qualquer tipo de constrangimento econômico... Mas, nós não fizemos isso.

CV - E agora?

Capobianco - Estamos fazendo isso. Não tenho dúvidas de que a ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas vai ser equacionada.

CV - O governo da Bahia já foi chamado para conversar?

Capobianco - Fizemos contato com a Casa Civil que vai coordenar o entendimento com o governador.

CV - Por que o próprio MMA não faz o contato diretamente?

Capobianco - Porque foi tudo feito através da Casa Civil e é ela quem está operando. Quando falo em mea culpa refiro-me ao que temos que reavaliar para que uma unidade de conservação não sofra esse tipo de impasse desnecessário. É a lição que nós estamos aprendendo.

CV - Como o MMA vai resolver o impasse entre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o governo da Bahia?

Capobianco - De fato, há resistência. Consideramos que os argumentos apresentados não justificam a não ampliação do parque. Já apresentamos isso para a Casa Civil e a própria sociedade tem participado, enviando mensagens. Acho que tere-

mos uma solução adequada para o caso.

Novos desafios estão surgindo. Chega o momento de denunciar, como a matéria principal desta edição. A atividade carvoeira clandestina em Goiás afronta a sociedade e continua crescendo sob os olhos indignados, porém ineficientes das autoridades. Que neste ano, esperamos, essa situação se reverta.

Fernando Lima
Coordenador do Projeto

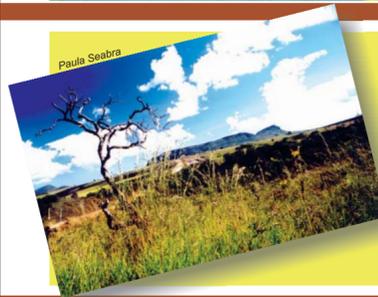
CARVÃO

Todos os dias, caminhões deixam o território goiano em direção principalmente às siderúrgicas de Minas Gerais. Para trás, deixam imensas áreas desmatadas e centenas de fornos prontos para transformar madeira nativa do cerrado em carvão. Fiscalização ineficiente garante impunidade

Pág. 3



Daniel Vieira



Paula Seabra

Toma posse em Brasília
Grupo de Trabalho criado para elaborar plano em defesa do cerrado
Pág. 2

Desmatamento ilegal compromete área de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas
Pág. 3

Para o secretário de Biodiversidade, João Paulo Capobianco, 2004 é o "ano da virada"
Pág. 4

EDITORIAL

O ano de 2004 começa em clima de renovação. Para o cerrado, principalmente. Novas ações, novos projetos, nova esperança para um dos mais maltratados biomas brasileiros. Ainda há pouco a comemorar ou melhor, comemora-se, sim, só que com cautela e resguardo as primeiras conquistas. Mas o importante é perceber o ilimiar de uma nova consciência que poderá salvar o imenso território de solo vermelho e árvores retorcidas, nascedouro de águas, até então visto como subordinado à sanha agrícola desenvolvimentista.

Para a Funatura - que fechou 2003 recompensada pela satisfação de ver sete RPPNs avançarem apesar da burocracia do Ibama -, participar

do Grupo de Trabalho (GT) do Cerrado, recém-instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, é parte desse momento especial. A Funatura é uma das três representantes da Rede Cerrado de ONGs no GT.

Para a fase que se inicia, permanece a certeza de que 2003 foi importante, porque marcou o despertar de novas parcerias. As comunidades perceberam a necessidade do seu engajamento e poder de pressão junto aos governos. Cidades do Corredor Paranaíba-Pireneus estão resgatando a própria identidade no contexto cultural e ambiental do centro-oeste brasileiro.

Em dois anos de execução de projeto das RPPNs e mais de 150 mil quilômetros de cerrado percorridos, a

Funatura tem investido na ampliação de conhecimentos e informações, fazendo as coisas acontecerem, como os Encontros dos Povos, a redescoberta do quase extinto pato mergulhão e a colaboração em projetos de desenvolvimento sustentável.

Novos desafios estão surgindo. Chega o momento de denunciar, como a matéria principal desta edição. A atividade carvoeira clandestina em Goiás afronta a sociedade e continua crescendo sob os olhos indignados, porém ineficientes das autoridades. Que neste ano, esperamos, essa situação se reverta.

Fernando Lima
Coordenador do Projeto

Nova esperança para o cerrado

Organizações não-governamentais, pesquisadores, sociedade civil, Ministério Público e Governo Federal resolveram unir forças para controlar a degradação do cerrado brasileiro. A iniciativa foi consolidada no último dia 9 de dezembro, durante o seminário *Cerrado: antes que seja tarde*, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), com a posse dos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) do Cerrado. A partir de agora, o objetivo é traçar linhas de ação adequadas que orientem e definam um programa especial para o bioma, transformando-o efetivamente em prioridade entre as políticas públicas.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o GT vai ajudar a integrar todos os segmentos envolvidos, além de alertar o Poder Executivo e o Congresso Nacional sobre a importância não apenas de preservar, como recuperar e fiscalizar os abusos impostos ao cerrado. Enquanto a Mata Atlântica levou 500 anos para atingir o atual grau de degradação, o cerrado vem desapeparecendo em pouco mais de três décadas.



Apesar da importância, fauna e flora do bioma estão ameaçadas

A Funatura participa do GT como uma das três representantes da Rede Cerrado de ONGs,

principalmente pela experiência acumulada em projetos, como o de reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs), corredores ecológicos, criação, implantação de unidades de conservação, em especial o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, elaboração de planos de manejo,

além de dezenas de estudos de fauna e flora da região. "A expectativa de que o grupo traga benefícios reais para o cerrado é boa", comenta o coordenador do projeto de RPPNs, engenheiro florestal Fernando Lima, representante da Funatura no GT. "É fundamental que todo o esforço se concretize, ao contrário de iniciativas anteriores que, apesar de bem-intencionadas, não deixaram resultados".

EXPEDIENTE

Cerrado Vivo
Publicação trimestral do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado (PNUD BRA/00/G35)
Ano II nº 6 Janeiro / Fevereiro / Março de 2004

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza
Diretor Presidente - **Henrique Brandão Cavalcanti**
Superintendente Executivo - **Cesar Victor do Espírito Santo**
EQUIPE TÉCNICA
Fernando Lima - Adolpho Kesselring - Mara Cristina Moscoso
Arcanjo Daniel S. Fonseca (Assistente de campo)
Rômulo Netto (Adm. Financeiro)
REDAÇÃO E EDIÇÃO
Kátia Marsicano (DF1655/09/70 JP)
Milton Goes (Design Gráfico)

Fotos
Arquivo Funatura / Daniel Vieira / Martin D'Avila - MMA
Paula Seabra / Marcelo Lima

Funatura
SCLN 107 - Bloco B - salas 201/209 - Brasília, DF - CEP: 70.743-520
Fone: (61) 274-5449 - www.funatura.org.br funatura@funatura.org.br

Apoio



Carvoarias preocupam ambientalistas

Mais de 40 caminhões de carvão vegetal foram apreendidos nas rodovias de Goiás, no ano passado. Mais de 720 m³, que custaram ao cerrado centenas de hectares derrubados clandestinamente. Os dados são do Batalhão Ambiental do estado, que, mesmo



Carvoarias clandestinas: pacto com fazendeiros

com apenas 280 homens e 20 destacamentos para fiscalizar 240 municípios, conseguiu impedir que os carregamentos ultrapassassem a divisa goiana para abastecer principalmente as siderúrgicas de Minas Gerais.

A produção de carvão hoje, além do prejuízo ambiental, representa um grave problema de direitos humanos pela utilização de mão-de-obra escrava e trabalho infantil. No final do ano passado, assentados do programa de reforma agrária, no município de Flores, denunciaram carvoarias, que foram fechadas com o apoio do Ibama e Ministério Público, segundo contou o prefeito da cidade, João Robério.

Para a engenheira florestal da Universidade de Brasília (UnB), Jeanine Felilli, um dos maiores problemas é a associação que acaba ocorrendo entre agricultores e carvoeiros, que se beneficiam das áreas desmatadas para o plantio. "As reservas legais estão sendo solenemente ignoradas", queixa-se.

Enquanto isso, pequis, jatobás, aratí-cuns e cagaítes estão sendo arrancadas por 'correntões' (forma de

derrubada em que dois tratores arrastam as árvores com tronco e raiz).

A fiscalização e licenciamento da atividade, competência da Agência Ambiental de Goiás, não têm conseguido acompanhar os desmatamentos, sejam eles destinados à produção de carvão, lenha ou qualquer outra atividade que envolva retirada de vegetação. Em 2003, apenas dois caminhões foram flagrados sem o selo que garante a origem do produto. O diretor de Qualidade Ambiental da Agência, Roberto Freire, afirma que o licenciamento é rigoroso, mas só dispõe de apenas 87 fiscais para as vistorias.

Pelo cadastro da gerência estadual do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama)/GO, Mambai é o município que mais tem carvoarias no estado 15 ao todo -, seguida por Flores de Goiás, com oito. A exploração já atinge os municípios de Sítio D'Abadia, Damianópolis, Posse, Mara Rosa e Colinas do Sul. Enquanto isso, prefeitos que se dizem impotentes diante dos desmatamentos e carvoarias clandestinas estão preocupados. "Estão acabando com tudo", diz o prefeito de Nova Roma, Robervaldo Neres, com o licenciamento de mais 170 alqueires para derrubada.

Na região, segundo ele, parte do estrago se deve a acordos entre fazendeiros e carvoeiros. Todos os dias, pelo menos dois caminhões deixam a região carregados, a maioria em direção ao território mineiro - são mais de 40 siderúrgicas, responsáveis por 75% do consumo global de carvão vegetal, para produzir 5 milhões de toneladas de ferro-gusa/ano. Dados do Sindicato das Indústrias de Ferro (Sindifer/MG), revelam que, em sete anos, foram consumidos 174.358.350 m³ de carvão.

Para os técnicos da Funatura, que percorrem com frequência rodovias de Minas e Goiás (MG-202, GO-118 e BR-020), a situação é crítica. "A ineficiência

do controle beneficia a clandestinidade", alerta a geógrafa Mara Moscoso, da equipe do projeto de RPPNs. Até junho, a Secretaria de Meio Ambiente/GO espera diagnosticar a situação, a partir do convênio com a Universidade Federal de Goiás (UFGO), responsável pelo sistema de alerta contra desmatamentos, via satélite.

O fato é que, se nada for feito, a situação tende a piorar. Em entrevista ao jornal *Estado de Minas*, no ano passado, o presidente do Sindifer, Roman Eustáquio da Silva, previu que, apesar do uso de matéria-prima de Goiás e Bahia, vai faltar carvão vegetal em 2005.

Dados da exploração:
Um carvoeiro trabalha 12 horas/dia e está sujeito a males como intoxicação, envelhecimento precoce, câncer, dermatoses, hérnias e hipertermia.
Fonte: UFMG

PARA DENUNCIAR:
0800622121 ou (62) 503 1419
Batalhão Ambiental



Controle nas estradas ainda é pequeno

Fazendeiro desmata entorno do Grande Sertão

Enquanto o projeto de ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas não se define, um proprietário de terras localizadas na área a ser incorporada à unidade de conservação foi notificado por iniciar obras de uma ponte, que inclui o desvio do leito do Itaguari, sem autorização do Ibama. O rio é um importante tributário do rio Caririnha, que deságua no rio São Francisco.

Na área, foram constatados cerca de dois mil hectares desmatados e uma carvoaria com duas baterias de

fornos (uma com 19 e outra com 20), além das obras de uma estrada, que também foram embargadas.

O problema mais uma vez está localizado em território baiano. No ano passado, quando soube da intenção do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em aumentar o parque, o governador do estado, Paulo Souto, foi contra a idéia, alegando o desenvolvimento de agronegócios no local.

A notificação foi dada pela fiscalização do Ibama (Brasília) ao proprietário Wladimir Resstel, dono de uma

área localizada no "coração" da poligonal a ser ampliada na Bahia, no município de Cocos. A fiscalização ocorreu no final de janeiro.

Além dos prejuízos ambientais já identificados, será apurada a situação do assentamento de 100 famílias que estaria sendo planejado para a área.

A reportagem do jornal *Cerrado Vivo* procurou o fazendeiro e, durante uma rápida conversa pelo celular, ele disse que só falaria sobre o assunto pessoalmente.

Agenda

Fevereiro
09 a 20 - 7ª. Reunião da Conferência das Partes (COP-7) da Convenção sobre Diversidade Biológica - Kuala Lumpur (Malásia)
08 a 13 - Congresso Brasileiro de Zoologia (fauna e flora do cerrado)

Março
1º - Dia do Turismo Ecológico
11 - Tribunal Internacional Popular sobre Transgênicos Porto Alegre (RS)
Informações:
www.transgenicosenotribunal.org.br
21 - Dia Nacional da Terra
22 - Dia Mundial da Água



Cerrado Vivo - No dia 27 de fevereiro, durante as comemorações de aniversário do Ibama, foram assinadas as portarias de criação de 24 RPPNs, depois de um longo e burocrático processo de espera. Que avaliação você faz dessa conquista?

•**Alexandre Martinez** - Foi uma conquista importante da confederação junto com o Ibama para viabilizar a criação dessas RPPNs, que já estavam prontas e, mediante uma nova instrução que ia sair, elas ficaram emperradas. Até que em uma reunião entre a Diretoria de Ecossistemas (Direc) e a Procuradoria Jurídica do Ibama, conseguiu-se criar essas RPPNs.

CV - O que é preciso fazer para garantir a efetividade dessas conquistas sem que haja um retrocesso ao período em que a burocracia impedia que as coisas andassem?

•**Martinez** - As linhas mestras que traçamos para isso são comprometimento, dedicação, competência e trabalho. E estamos empenhados nisso, tanto que estamos sempre vindo a Brasília. Nosso objetivo é que os proprietários tenham o apoio que eles precisam. Por causa do nosso trabalho, fomos convidados pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e no dia 17 de março passamos a compor a Comissão Brasileira para o Homem e a Biosfera (CobraMaB), um programa da Unesco, retomado a partir de agora. Além disso, conseguimos que a Instrução Normativa que rege a criação de RPPNs fosse assinada dia 11 de março.

CV - O que mais tem sido feito?

•**Martinez** Estamos assinando o Termo de Cooperação Técnica (só está em discussão a terminologia). O roteiro metodológico já foi discutido por uma equipe técnica e agora está pronto para ser levado a um seminário com a participação de todo mundo, em abril ou maio, em Brasília. Também está em discussão o decreto de regulamentação que já passou pelo Ibama, MMA, voltou e agora está sendo discutido de novo. Outra novidade é o projeto nacional, dividido em oito projetos, com o novo roteiro metodológico, esse projeto já vai ser para inserir esse novo roteiro em plano de manejo de RPPN e nós estamos escolhendo nas cinco regiões do Brasil RPPNs para participarem do processo. Isso já está em andamento, nós já estamos desenvolvendo esse projeto.

CV - Qual é a importância da definição de tudo isso? Você acha que com esses avanços vai haver mais interesse em criar RPPNs?



Desde que assumiu a presidência da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), em outubro do ano passado, o técnico em administração Alexandre Martinez tem tido muito o que fazer inclusive voar. As idas e vindas de Curitiba a Brasília para defender os interesses dos proprietários desse tipo de unidade de conservação, no Ibama e no Ministério do Meio Ambiente, tornaram-se inevitáveis na sua agenda de trabalho. Agora, além dos 73 hectares da RPPN Paraná, em Planaltina do Paraná (PR), é o representante de 12 associações de RPPNs, em 20 estados brasileiros. Em uma dessas viagens a Brasília, falou ao Cerrado Vivo sobre os avanços e projetos para o futuro das reservas particulares no Brasil.

•**Martinez** - Sim. Estamos conseguindo dar o respaldo sócioambiental que os proprietários merecem. Eles têm uma função muito importante e isso precisa ser valorizado. Temos discutido muito os incentivos para as RPPNs e sobre isso é que vai ser o novo decreto. O Paraná trabalha com ICMS Ecológico e o recurso vão para a RPPN. Todas elas recebem até metade do recurso. É um acordo feito entre a prefeitura e o proprietário - através de um convênio. Os estados estão criando esse mecanismo e agora a gente está atrás desses recursos na esfera federal. Tudo isso será debatido em outubro, no II Congresso Brasileiro de RPPNs, em Curitiba (PR), e aí eu acredito que daqui para frente, vai acontecer o boom de RPPNs.

CV - Mas, mesmo assim vai ser necessária uma estratégia de sensibilização... Conciliar proprietários particulares e poder público não é tarefa simples.

•**Martinez** Claro. O primeiro ponto será investir em divulgação sobre a importância e o que realmente são as RPPNs e para isso já temos uma parceria com o Ibama e o MMA. Só que isso é um processo. Vamos resolver primeiro as urgências. Divulgação também é urgente, mas vai entrar na seqüência.

CV - Além dos proprietários, é importante também popularizar o termo RPPN. Existe a intenção de ampliar essa divulgação, fazendo com que as pessoas saibam o que são essas reservas?

•**Martinez** - Foi pensando nisso que começamos a desenvolver o guia das RPPNs, com a localização, características e informações como se pode visitar, se pode dormir, quais as atividades oferecidas. Será um guia prático para a pessoa ir passear e conhecer a RPPN. E as que não quiserem visitação vão estar discriminadas também. Queremos lançar esse guia em outubro, durante o congresso. No ano que vem, será a vez de lançar um livro sobre RPPNs, de autoria de dois pesquisadores na área de conservação privada. Será um livro histórico sobre as RPPNs no Brasil. Também vamos incluir dados das RPPNs no Sistema Informação de Unidades de Conservação (SIUC), no Ibama, e promover cursos de capacitação para os guardas que ficam nas RPPNs. Queremos ainda viabilizar o valor quantitativo da produtividade de uma floresta, de uma mata, porque isso hoje ainda é considerado área improdutiva e ela não é. Esse trabalho já está sendo desenvolvido com a diretoria de fiscalização do Ibama e o Inbra.

Veredas do Pacari

Assinada portaria de criação da primeira RPPN apoiada pela Funatura no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O produtor rural, Joaquim Paraná (foto), zdo da área, agora é exemplo para outros proprietários que também querem preservar nascentes e veredas da região. **Página 3**



Maira Moscoso

Pullia Sanches

Descendentes de quilombos recuperam a esperança de conquistar o direito à cidadania
Pág. 2

15 anos de Parque Nacional Grande Sertão Veredas
Pág. 3

Entrevista: Alexandre Martinez, presidente da Confederação Nacional de RPPNs
Pág. 4

Encontros do Povo: Tudo pronto para a festa que virou tradição
Pág. 2

EDITORIAL

A cada nova edição do **Jornal Cerrado Vivo**, quem acompanha desde o início deve ter percebido que apesar das matérias de alerta e denúncias que por vezes fazemos felizmente, há sempre uma boa notícia sendo anunciada. Fatos novos que representam, para nós, um estímulo a mais para continuar trabalhando em defesa do bioma cerrado.

Desta vez, não será diferente, mas é preciso reconhecer que houve um prazer especial em produzir a matéria que apresentamos na capa, ou seja, a criação da RPPN Veredas do Pacari, de Chapada Gaúcha/Arinos (MG). A assinatura da portaria que reconhece oficialmente a nova unidade de conservação, dia 27 de fevereiro, em Brasília, significa um marco, a consolidação de longos meses de luta de uma parceria que deu certo.

O mérito do produtor rural Joaquim Antônio Alves ou Joaquim Paraná, como é conhecido foi o de compreender que transformar o cerrado em lavoura não significa "inteligência". Conciliar o sustento da família com a preservação da natureza, sim, é o caminho do futuro. Com o apoio da equipe da Funatura que se orgulha muito de ter ajudado a escrever essa história - ele enfrentou não só a burocracia federal, como as críticas de quem ainda não percebeu a importância da decisão de reservar 346 hectares de fazenda para ser área de preservação. É isso o Parque Nacional Grande Sertão Veredas agradece a ele. Ao completar 15 anos de criação, em 12 de abril, ter parte do seu entorno protegido é um belo presente.

E nesta mesma edição, o **Cerrado Vivo** reserva outras matérias especiais como a dos próximos Encontros dos Povos do Grande Sertão Veredas e a dos novos horizontes que se abrem para as famílias kalungas, tantos anos à espera de dignidade e cidadania. Os Encontros desta vez serão realizados pelas próprias comunidades e a Funatura, que de organizadora, passa a ser apoiadora dos municípios de Chapada Gaúcha (MG) e São João D'Alança (GO), que descobriram e tomaram para si a responsabilidade de preservar o meio ambiente e as próprias tradições. Era o que queríamos. A semente lançada germinou.

Fernando Lima
Coordenador do projeto

Reencontro marcado com a tradição

Após um ano de preparativos, tudo pronto para a terceira edição dos Encontros dos Povos do Grande Sertão Veredas e da Chapada dos Veadeiros. Os municípios de Chapada Gaúcha (MG) e São João D'Alança (GO) contam os dias para a festa em que artesãos, violeiros, cantadores e dançarinos de todas as gerações vão homenagear o passado e as raízes culturais de quem nasceu e cresceu no cerrado. As datas estão confirmadas: dias 23, 24 e 25 de abril, em Chapada Gaúcha, e dias 21, 22 e 23 de maio, em São João D'Alança.

Segundo o coordenador do projeto de RPPNs, Fernando Lima, da Funatura,

Kalunga: espera de vida melhor

Anos e anos sem energia elétrica, saneamento, saúde e educação. Assim tem sido a vida nas comunidades Kalunga, em Goiás. Espalhados em núcleos, que juntos reúnem mais de cinco mil pessoas nos municípios de Teresina, Monte Alegre e Cavalcante, eles sonham agora com a chance de ter uma vida melhor. No dia 12 de março, pela primeira vez, um presidente da República esteve na região para dizer que a situação dos afrodescendentes pode ficar mais fácil. A marca da esperança lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva se chama Ação Kalunga, um pacote de medidas que começou pela ligação do primeiro ponto de luz elétrica no núcleo Engenho II, a cerca de 30 quilômetros de Cavalcante.

Para Ester Fernandes de Castro, 38 anos, filha da comunidade Kalunga de Ema, uma das reivindicações mais importantes é a regularização definitiva dos 253 mil hectares de terras quilombolas. Ester é vereadora pela terceira vez no município de Teresina e conhece como ninguém os problemas dos kalungas, como a dificuldade de estudar. As crianças que terminam a 4ª série são obrigadas a percorrer mais de cem quilômetros até as cidades mais próximas ou então

este ano, o significado dos encontros é diferente. "Quando começamos a trabalhar com as comunidades, éramos os organizadores de tudo, em parceria com as prefeituras", lembra. "Agora, a população assumiu o evento. As pessoas estão prontas para manter a prática da mobilização".

Entre os principais parceiros que vão colaborar com os eventos deste ano estão, além das prefeituras, o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), WWF, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ambos representando o Governo Federal.



Daniel Fonseca

Vida difícil no cerrado abandonam a escola.

"Lutamos muito para preservar as tradições", diz ela, referindo-se aos jovens que vão embora, para fugir da miséria. "A falta de apoio e estrutura faz com que eles larguem a comunidade para procurar emprego".

Quem também conhece bem de perto a situação dos descendentes de escravos no coração do cerrado é a equipe da Funatura, que há mais de dois anos desenvolve projetos ambientais e de preservação das raízes culturais da comunidade. Nos dias 2 e 3 de abril, será realizado em Teresina (GO) o Seminário de Atividades Produtivas e Segurança Alimentar para Quilombos, promovido pelo Governo Federal, com a participação de representantes dos kalungas e de diversas entidades dentro as quais a Funatura.



Joaquim Paraná: "Vou ajudar outros proprietários"

No dia 27 de fevereiro, longos meses depois de muito trabalho e idas e vindas de papéis, documentos e medições, foi assinada a portaria de criação da RPPN Veredas do Pacari, a primeira reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), junto com outras 23 reservas particulares, espalhadas

Finalmente reconhecida....

por várias regiões do Brasil. A RPPN teve o apoio do projeto da Funatura, desenvolvido no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com o objetivo de ampliar a faixa de proteção da unidade de conservação.

Joaquim Antônio Alves, ou Joaquim Paraná, como é chamado o ex-caminhoneiro de Minas Gerais, conta que pensou em desistir da idéia várias vezes e ceder aos conselhos dos outros fazendeiros: transformar os 346 hectares da futura reserva em um bom pasto. "Teve gente que me chamou de bobo", diverte-se ele, que agora dorme tranquilo de saber que os filhos Eduardo, de 6 anos, e André, 9 meses, quando estiverem adultos terão o privilégio de ver araras-vermelhas e outros bichos do cerrado bem pertinho de casa. "Sem contar as outras crianças que também não conhecem nada disso", completa.

A Veredas do Pacari tem 346 hectares e fica na Fazenda Santo Antônio/Sarandi, no

município de Arinos (MG), a cinco quilômetros do Grande Sertão. "Há dois anos, eu nem imaginava o que era uma RPPN", conta Joaquim. "Até conhecer o pessoal da Funatura". Hoje, outra RPPN contígua à de Paraná também está perto de ser criada. As duas reservas juntas vão ampliar a proteção de queixadas, antas, capivaras, veados e de toda flora nativa ainda preservada. "Nunca mais a nascente do Pacari vai secar".

Mas, alguém pode estar se perguntando: quanto vale as terras da Veredas do Pacari? "Cada hectare vale 20 sacos de soja e cada saco de soja vale 20 dólares", calcula Joaquim. "Só que a natureza vale muito mais em pé do que no chão". Desde o dia em que a portaria foi assinada, Paraná diz que já foi procurado por vários produtores. "Querem saber como foi que eu fiz, porque pretendem criar uma RPPN para eles também".

Orgulho da terra dos Gerais

Haja história para contar. Os 15 anos do Parque Nacional Grande Sertão Veredas podem até parecer pouco, quando se pensa no que cada um deles significou na trajetória de uma das mais importantes unidades de conservação do bioma cerrado, em todo País. No dia 12 de abril, quando o esforço de transformar aquela imensa área cenário da obra de Guimarães Rosa foi comemorado mais uma vez - ambientalistas, pesquisadores, guarda-parques e comunidade dos Gerais poderão resumir tudo isso na luta que ainda não terminou para defendê-lo, principalmente de agricultores e grandes proprietários de terras. Talvez, nesta data, o melhor presente fosse a assinatura, pelo Governo Federal, do decreto que garante a sua ampliação de 84 mil para 230 mil hectares.

"Isso aqui é muito importante", declara em tom solene João Ferreira da Silva, o Cofocó, guarda-parque, que durante 36 anos morou no Grande Sertão com os pais, irmãos e mais 90 famílias. "Acho que uma das primeiras coisas que vi na vida foram as veredas", diz ele, parceiro

"Como não se viu, aqui se vê. Porque, nos gerais, a mesma raça de borboletas, que em outras partes é trivial regular cá cresce, vira muito maior, e com mais brilho, se sabe; acho que é do seco do ar, do limpo, desta luz enorme"

Guimarães Rosa
Grande Sertão: Veredas

de Galdino dos Santos, o mais antigo guardião do parque. Cofocó foi treinado pela Fundação Pró-Natureza e há 10 anos mantém inalterada a rotina de vigiar o Grande Sertão e acompanhar pesquisadores nas andanças em busca de novas descobertas no cerrado. "Aprendi bastante com eles, mas sei que também ensinei muito", completa.

Para a Funatura, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas também faz parte da história, porque, reconhecendo a sua importância, contribuiu com o processo de criação, passo-a-passo: dos primeiros contatos com a comunidade, dos levantamentos ecológicos e só-

cio-econômico, o plano de manejo e a proteção do entorno, através da criação de RPPNs, e dos trabalhos com as comunidades, até as campanhas pela ampliação e em combate aos desmandos ambientais de latifundiários da Bahia. "Nossa história tem muito da história do Grande Sertão, porque trabalhamos com ele e também para ele ao longo de tantos anos", resume o secretário-superintendente da Funatura, Cesar Victor do Espírito Santo.

Existe um acordo de cooperação técnica entre a Funatura / Ibama que permite a co-gestão desta Unidade de Conservação e serve de modelo para outras iniciativas.

Parque ainda espera pela ampliação



Maira Moscoso

agenda

ABRIL
02 e 03 - Seminário de Atividades Produtivas e Segurança Alimentar para Kalungas - Teresina (GO)

MAIO
21, 22 e 23 - III Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas - São João D'Alança (GO)

JUNHO
05 Dia Mundial do Meio Ambiente

Informações: (0xx38) 3634 1110 ou 3634 1112

EXPEDIENTE

Cerrado Vivo
Publicação trimestral do Projeto de Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado (PNUD BRA/00/G35) Ano II nº 7 Abril/Maio/ Junho de 2004 FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

Redação e Edição: **Kátia Marsicano** (DF:1655/09/70 JP) **Milton Goes** (Design Gráfico) **Tatiana Almeida da Silva** (Arte efêctos) **Fotos:** Arquivo Funatura / Paula Seabra / Maira Moscoso e Daniel Fonseca

Funatura: SCLN 107 - Bloco B - salas 201/209 Brasília, DF - CEP: 70.743-520 - Fone: (61)274-5449 www.funatura.org.br / funatura@funatura.org.br

Apoio

GEF

PNUD